

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**SIMERE APARECIDA DA SILVA**

**A APLICAÇÃO DAS AVALIAÇÕES PRELIMINARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
DE PALHOÇA: INSTRUMENTO PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS?**

**FLORIANÓPOLIS/SC  
2012/2**

SIMERE APARECIDA DA SILVA

**A APLICAÇÃO DAS AVALIAÇÕES PRELIMINARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
DE PALHOÇA: INSTRUMENTO PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento de Serviço Social da  
Universidade Federal de Santa Catarina como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Bacharel em Serviço Social.

**Orientação: Prof<sup>a</sup>. MSc. Cleide Gessele**

**FLORIANÓPOLIS/SC  
2012/2**

SIMERE APARECIDA DA SILVA

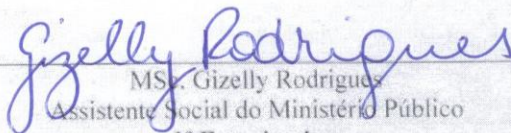
**A APLICAÇÃO DAS AVALIAÇÕES PRELIMINARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
DE PALHOÇA: INSTRUMENTO PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da  
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de  
Bacharel em Serviço Social, orientado pela Prof.<sup>a</sup> MSc. Cleide Gessele.

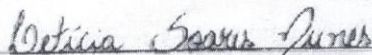
**BANCA EXAMINADORA**



Prof.<sup>a</sup> MSc. Cleide Gessele  
Departamento de Serviço Social/ UFSC  
*Presidente da Banca Examinadora*



MSc. Gizelly Rodrigues  
Assistente Social do Ministério Público  
*1ª Examinadora*



Prof.<sup>a</sup> MSc. Leticia Soares Nunes  
Departamento de Serviço Social/UFSC  
*2ª Examinadora*

Florianópolis, 05 de março de 2013.

À minha mãe,  
por toda manifestação de cuidado e apoio  
incondicional.

## **AGRADECIMENTOS**

Nesse momento especial, não poderia deixar de agradecer há algumas pessoas que de uma forma ou de outra contribuíram para que esse momento se tornasse realidade.

Primeiramente agradeço à minha família e em especial à meus pais, que sempre foram meu porto seguro me amparando e acalentando nos momentos mais difíceis da minha vida.

Aos meus colegas de faculdade, Thiago Ients, Amanda Gomes, Natália de Faria, Adriane Bagatini e Camila Natividade, por dividirem comigo todas as angustias e alegrias vividos ao longo de nossa trajetória acadêmica.

À minha orientadora Cleide Gessele, por toda paciência, dedicação e compreensão ao longo do processo de elaboração de meu trabalho.

À Professora Letícia, por carinhosamente ter aceito o convite para compor a banca.

À Marlene Michielin, assistente social do Ministério Público, comarca da Capital por ter sido a primeira a me oportunizar conhecer, por meio de estágio acadêmico, este campo de atuação profissional o qual tanto me identifiquei.

À minha amiga de campo de estágio, Mayara de Abreu Stuepp, por me ajudar, aguentar e principalmente me confortar durante a elaboração do trabalho.

Por fim, faço um agradecimento especial a Gizelly Rodrigues, assistente social, supervisora de campo, por ter sido tão importante durante meu período de estágio. Levo comigo seus ensinamentos profissionais, mas principalmente sua conduta exemplar perante a vida. Obrigada por ter feito parte da minha história!

A todos que não pude aqui citar, mas que também participaram e contribuíram para que esse momento enfim chegasse.

Obrigada!

## Verbo Ser

“Que vai ser quando crescer?  
Vivem perguntando em redor. Que é ser?  
É ter um corpo, um jeito, um nome?  
Tenho os três. E sou?  
Tenho de mudar quando crescer? Usar outro  
nome, corpo e jeito?  
Ou a gente só principia a  
ser quando cresce?  
É terrível, ser? Dói? É bom? É triste?  
Ser; pronunciado tão depressa, e cabe tantas  
coisas? Repito: Ser, Ser, Ser. Er.R.  
Que vou ser quando crescer?  
Sou obrigado a? Posso escolher?  
Não dá para entender. Não vou ser.  
Vou crescer assim mesmo.  
Sem ser esquecer”.

*Carlos Drummond de Andrade*

SILVA, Simere Aparecida da. **A aplicação das Avaliações Preliminares do Ministério Público de Palhoça: instrumento para a efetivação de direitos sociais?** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por finalidade analisar como o trabalho realizado no Setor de Serviço Social do Ministério Público de Palhoça com adolescentes em conflito com a lei, pode ou não ser instrumento para a garantia de seus direitos sociais. O objetivo principal da pesquisa é verificar se a aplicação de tais avaliações pode contribuir no atendimento do adolescente bem como na promoção e garantia de seus direitos. Ao longo do trabalho propusemo-nos a analisar o adolescente em conflito com a lei inserido dentro da Doutrina de Proteção Integral e utilizamo-nos de autores que contribuem com essa análise. Com o intuito de situar o leitor, realizamos um estudo referente a história e principais atribuições do Ministério Público, elencando as principais atribuições da profissão inserida no referente órgão. Para alcançar os objetivos propostos do estudo, realizamos uma pesquisa de caráter exploratório de natureza qualitativa e quantitativa, a partir da análise das Avaliações Preliminares analisando nestas, elementos que podem subsidiar a profissional de Serviço Social no tocante ao encaminhamento de sugestões referentes ao adolescente atendido para o Promotor de Justiça da área da Infância e Juventude.

**Palavras-Chaves:** Adolescente em conflito com a lei, Avaliação Preliminar, Serviço Social, Ministério Público.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### **Quadros:**

Quadro 1: Medidas Aplicáveis aos Adolescentes em Conflito com a Lei.....	21
Quadro 2: Áreas de Atuação do Ministério Público.....	35

### **Gráficos:**

Gráfico 1. Sexo.....	47
Gráfico 2. Atos infracionais mais praticados.....	47
Gráfico 3. Escolaridade.....	48
Gráfico 4. Drogas.....	49
Gráfico 5. Família e a dependência química.....	49
Gráfico 6. Com quem reside.....	50
Gráfico 7. Mercado de Trabalho.....	51
Gráfico 8. A família é ou já foi atendida por algum programa social?.....	51
Gráfico 9. Programas sociais mais acessados.....	52
Gráfico 10. Medidas socioeducativas mais sugeridas.....	53
Gráfico 11. Medidas de proteção mais sugeridas .....	54



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS</b>	
1.1 BREVE HISTÓRICO ACERCA DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.....	13
1.2 O SURGIMENTO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ECA.....	15
1.3 AS MEDIDAS DE PROTEÇÃO.....	16
1.4 O ADOLESCENTE E O ATO INFRACIONAL.....	17
1.5 TRÂMITES LEGAIS: DA APURAÇÃO DO ATO INFRACIONAL À APLICAÇÃO DA MEDIDA.....	19
1.6 AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	21
1.7 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	23
1.8 O SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SINASE.....	26
<b>2 O SERVIÇO SOCIAL E O MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
2.1 AS PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL COM O CAMPO SÓCIO-JURÍDICO.....	30
2.2 CONTEXTUALIZANDO O MINISTÉRIO PÚBLICO.....	31
2.3 O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA E A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.....	36
2.4 O SERVIÇO SOCIAL NA COMARCA DE PALHOÇA.....	39
<b>3 A APLICAÇÃO DAS AVALIAÇÕES PRELIMARES</b>	
3.1 A IMPLANTAÇÃO DAS AVALIAÇÕES PRELIMINARES.....	41
3.2 AS AVALIAÇÕES PRELIMINARES NA COMARCA DE PALHOÇA.....	42
3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	44
3.3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	44
3.3.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	45
3.4 SOBRE OS ADOLESCENTES, SEU CONTEXTO SOCIAL, ECONÔMICO E FAMILIAR.....	46

3.4.1 OS ENCAMINHAMENTOS DO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL AO ADOLESCENTE ATENDIDO.....	52
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>
<b>ANEXOS:</b>	
ANEXO I: ATO Nº107/MP/2006.....	64
ANEXO II: AVALIAÇÃO PRELIMINAR.....	68

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo fazer uma análise acerca do recente trabalho realizado pelo Serviço Social do Ministério Público o qual refere-se à aplicação de questionários, denominados de Avaliações Preliminares, aos adolescentes em conflito com a lei antes das audiências de apresentação com o Promotor de Justiça da área da Infância e Juventude, através da experiência na comarca de Palhoça.

O interesse pela temática escolhida surgiu através da experiência de estágio acadêmico realizado no período de dezembro de 2011 a fevereiro de 2013 no setor de Serviço Social do Ministério Público da Comarca de Palhoça. A discussão em torno do adolescente em conflito com a lei, geralmente é permeada por discursos de caráter culpabilizante e punitivo atribuído ao adolescente por parte de vários setores de nossa sociedade, muitas vezes sem a devida compreensão referente ao contexto social, econômico e familiar o qual tais adolescentes estão inseridos.

É importante salientar que o referente trabalho não busca inocentar ou isentar os adolescentes em conflito com a lei, mas sim propõe discutir através das Avaliações Preliminares quais as contribuições que tais avaliações podem trazer ao adolescente em conflito com a lei no tocante a efetivação de seus direitos sociais, assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Assim, buscar-se-á responder a seguinte questão: A aplicação das Avaliações Preliminares do Ministério Público da Comarca de Palhoça pode ser instrumento para a efetivação de direitos sociais dos adolescentes em conflito com a lei?

Para alcançarmos estes objetivos, o presente trabalho está estruturado em três seções para melhor compreensão do conteúdo exposto.

Na primeira seção abordaremos o sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes, realizando breve contextualização acerca da história da política de proteção, utilizando de autores que abordam a temática. Discutiremos o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, perpassando pelas medidas de proteção bem como as medidas socioeducativas e seu sistema de execução, realizando ainda um estudo referente ao adolescente em conflito com a lei e o ato infracional.

Na segunda seção faremos um resgate histórico a respeito da incursão da profissão no campo sócio-jurídico, abordando o surgimento do Ministério Público bem como a inserção e as principais atribuições do assistente social no referido órgão.

Por fim, na terceira e última seção faremos um estudo de caráter exploratório de natureza quantitativa e qualitativa, analisando dados obtidos das Avaliações Preliminares realizadas no período de seis meses desde o início de sua implantação. A análise das informações será dividida em duas etapas, a primeira referente a dados específicos da realidade dos adolescentes e suas famílias e a segunda referente aos encaminhamentos mais sugeridos no período analisado.

Para finalizar, teceremos algumas considerações acerca dos resultados obtidos nesta pesquisa. Pensamos que sua relevância está em recuperar e registrar o trabalho realizado pelo Serviço Social do Ministério Público de Palhoça com os adolescentes em conflito com a lei, verificando como as sugestões de medidas socioeducativas e/ou de proteção podem ou não ser instrumentos para a efetivação dos direitos sociais de tais adolescentes.

# **1. CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS**

## **1.1 Breve histórico acerca da Política de Proteção a Criança e ao Adolescente**

No Brasil, segundo Custódio e Veronese (2009) crianças e adolescentes tiveram sua consolidação jurídica a partir da primeira edição do Código de Menores (Decreto 17.934-A, de 12 de outubro de 1927)<sup>1</sup>.

Baseado em Rizzini (2009), foi a partir da elaboração do Código de Menores de 1927, no governo de Washington Luís (1926-1930), que houve a primeira incursão de crianças e adolescentes no âmbito do direito e na tutela do Estado. Contudo o referido Código tratava da questão da infância e adolescência sob um aspecto moralista. Dentre outros fatores, o Estado mantinha os “menores” sob vigilância, principalmente os que se encontravam em situação de “vadiagem, mendicância ou libertinagem”, tendo por pressupostos a visão higienista.

Posteriormente, já no primeiro período do governo Vargas (1930-1945), pode-se constatar, que de acordo com Rizzini (2009), houve algumas mudanças no que se refere a política destinada a criança e ao adolescente, pois o referido governo caracterizou-se pela legislação trabalhista, onde regulamentou-se dentre outras questões, a proibição ao trabalho de menores de 14 anos, bem como ocorreram avanços nas políticas sociais em âmbito nacional de promoção a inclusão escolar. Contudo, foi também nesse primeiro período de Getúlio Vargas no poder que foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), vinculado ao Ministério da Justiça, que passou a ter como principal atribuição,

orientar e fiscalizar educandários particulares, investigar os menores para fins de internação e ajustamento social, proceder ao exame médico-psicopedagógico, abrigar e distribuir os menores pelos estabelecimentos, promover a colocação de menores, incentivar a iniciativa particular de assistência a menores e estudar as causas do abandono. (RIZZINI, 2009, p.54)

O referido sistema possuía caráter repressivo e não atendia as necessidades e nem garantia a readaptação dos “menores”, segundo Rizzini (2009) alguns juízes passaram a criticar o modelo categorizando o mesmo como “fábrica de delinquentes” e “escolas do

---

<sup>1</sup> Código de Menores de 1927. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em out de 2012

crime”. Em 1964, através da Lei nº 4.513 de 1º de dezembro, o SAM é extinto e em seu lugar é criada a FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, onde sua principal atribuição seria implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor em todos os estados (PASSETTI, 2009).

Sobre a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, Passetti (1986) afirma que tal política,

Reconhece que o chamado problema do menor decorre da desagregação da família, devido ao processo migratório para os centros urbano-industriais, onde estes migrantes chegam desqualificados para o mercado de trabalho e não conseguem ser absorvidos, acabando expostos ao subemprego e à mendicância, participando da cultura da pobreza e da violência, assim como do abandono das crianças pelos pais, que desta maneira ficam à mercê dos "maus elementos". Estas crianças, entendidas como menores, tendem a entrar para o mundo do crime porque, abandonadas ou carentes, transformam-se rapidamente em infratores. Para conter tal processo, criaram-se FEBEMs nos estados, com o objetivo de recolher estas crianças e dar-lhes condições para se integrarem à sociedade (PASSETTI, 1986, s/p).

Rizzini (2009) aponta que esta concepção de política, favoreceu no que tange a contínua ineficiência no atendimento integral a essas crianças e adolescentes, com isso a ideia de reformulação do antigo Código de Menores, foi ganhando força junto aos espaços de decisão do governo. Sendo assim, a partir da Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979 é instituído o novo Código de Menores<sup>2</sup>, nele é adotado a Doutrina da Situação Irregular, onde era considerado em situação irregular, o menor:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: Falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; Manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-la; II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III - em perigo moral, devido a: a) Encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) Exploração em atividade contrária aos bons costumes; IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI - autor de infração penal.

Em Custódio e Veronese (2009), pode-se verificar que o novo código, contribuiu para o aumento da desigualdade social, a Doutrina da Situação Irregular colocava a pobreza como “patologia social” onde crianças e adolescentes continuaram a ser vistos como problema social. É nessa perspectiva que o termo “menor” era utilizado, essa terminologia por vezes estigmatizante tinha por propósito diferenciar as crianças e adolescentes através de seu contexto social.

---

<sup>2</sup> Código de Menores de 1979. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: out de 2012

Com a década de 1980, intensificam-se no país os movimentos sociais e com eles a proposta por revisão do Código de Menores, e em 1988 com a promulgação da Constituição Federal, através de seu artigo 227, foi introduzido elementos da Doutrina de Proteção Integral da Organização das Nações Unidas que visam assegurar as crianças e adolescentes a condição de sujeitos de direitos. Rizzini (2009) aponta que a Doutrina de Proteção Integral “reconhece a criança e o adolescente enquanto cidadãos; garante a efetivação dos direitos da criança e do adolescente [...]” (RIZZINI, 2009, p.81).

Todos esses pressupostos serviram de base para o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que será abordado a seguir.

## **1.2 O Surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**

Baseado em Rizzini (2009), a promulgação do ECA, Lei 8069 de 13 de julho de 1990, foi um marco no que se refere a consolidação de direitos destinados à crianças e adolescentes.

A partir do Estatuto, situou-se criança (pessoa até doze anos incompletos) e adolescente (pessoa entre doze e dezoito anos de idade). O ECA também buscou reconhecer as crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos desmistificando o conceito de “menor”, seguindo os preceitos da Doutrina de Proteção Integral, onde em seu artigo 3º estabelece que,

a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990)

Sob o aspecto da Doutrina de Proteção Integral, o ECA em seu artigo 86 estrutura a Política de Atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, que terá a articulação de ações governamentais e não-governamentais, além da União dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A Política de Atendimento se organiza em linhas de ação, expressa no artigo 87, sendo estas:

I políticas sociais básicas; II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; IV - serviço de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos; V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente. VI - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças

e adolescentes; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência VII - campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência (BRASIL, 1990).

De acordo com Silva (2005), uma das principais diferenciações do ECA para os antigos Códigos de Menores está no princípio da “democratização da coisa pública”, pois o referente Estatuto introduziu a questão da participação popular na temática da criança e do adolescente. Essa participação se expressa através dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares onde se exercita em âmbito governamental-público a participação popular

Os Conselhos de Direitos, em sua composição paritária entre governo e sociedade, além de participar na formulação de políticas públicas, também exerce o papel de acompanhar e fiscalizar a sua execução. Com relação aos Conselhos Tutelares, a autora coloca que pela primeira vez na história da política destinada a criança e ao adolescente se institui um serviço onde a busca da garantia dos direitos desse segmento social/público se faz com a participação de pessoas da sociedade.

Outro avanço importante advindo com o surgimento do Estatuto está na distinção de medidas de proteção e as medidas socioeducativas onde, partindo dos preceitos da Doutrina da Proteção Integral, as medidas de proteção destinam-se tanto a crianças quanto aos adolescentes, sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados, seja por omissão da sociedade ou do Estado, seja omissão dos pais ou responsável ou em razão de sua conduta (ECA, art. 98). Já as medidas socioeducativas (artigo 112), destinam-se apenas aos adolescentes que cometeram algum ato infracional, como será especificado nos itens a seguir.

### **1.3 As medidas de proteção**

De acordo com o artigo 98 do ECA, as medidas de proteção, conforme breve contextualização no item anterior, são asseguradas as crianças e adolescentes sempre que houver situações de violação de direitos ocasionados por omissão da sociedade, do Estado ou em razão de sua própria conduta.

Segundo o artigo 101 do referido Estatuto, incluem-se como medidas de proteção,

I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II - orientação, apoio e acompanhamento temporários; III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino



fundamental; IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII - acolhimento institucional; VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar; IX - colocação em família substituta (BRASIL, 1990).

Os princípios que regem a aplicação das medidas protetivas estão contidos no artigo 100 do ECA e se baseiam no reconhecimento de crianças e adolescentes enquanto sujeitos titulares de direito, tendo por pressupostos o princípio da proteção integral.

Deve-se sempre considerar o interesse da criança e do adolescente envolvido, respeitando sua privacidade e identidade, visto que a intervenção por parte das autoridades competentes deve ser efetuada logo após a situação de violação de direito verificada.

A intervenção deve ser efetuada sempre em consonância com a família da criança ou do adolescente envolvido, de modo que os pais ou responsáveis possam também assumir seus deveres. A família deve ser vista como parte constituinte do processo de promoção de direitos e na proteção da criança e do adolescente, visto que as medidas tomadas devem proporcionar, sempre que possível a manutenção ou reintegração da família.

A criança e o adolescente devem ser informados, sempre respeitando sua condição de desenvolvimento e compreensão, dos motivos e da forma como a intervenção se processa.

Nos próximos itens abordaremos a temática do ato infracional e as medidas socioeducativas.

#### **1.4 O Adolescente e o Ato Infracional**

Antes de estabelecer uma análise acerca do adolescente e do ato infracional, é importante compreendermos primeiramente a fase da adolescência.

A palavra ‘adolescência’ origina-se do Latim “*ad*” (‘para’) + “*olescere*” (‘crescer’). Partindo disso a origem da palavra remete a idéia de desenvolvimento e de “algo que ainda está por vir”<sup>3</sup>.

Partindo do ponto de vista físico, essa fase caracteriza-se pelo “período de crescimento e desenvolvimento do ser humano, que vai do nascimento até a adolescência” (Zanchi, p. 30, 2010). Essas mudanças físicas possuem limites de início e término definidos.

---

<sup>3</sup> PEREIRA, E. D. - Adolescência: um jeito de fazer - *Revista da UFG*, Vol. 6, No. 1, jun 2004

Sob aspectos psicológicos a adolescência é entendida como uma fase de descobertas e é nesse período que o adolescente irá formar sua auto-imagem, a qual será fortalecida ou modificada ao longo da vida (Zanchi, 2010).

A adolescência é vista como uma fase de transformação, uma fase de desenvolvimento que gera expectativas não só para o adolescente como também para a sociedade e o meio em que vivem.

Herrán (1997) afirma que “a imagem do adolescente é definida por suas relações sociais” (Herrán, 1997 apud Zanchi, 2010, p.32). Partindo dessa concepção pode-se entender que o adolescente é permeado por diversas relações sociais e as interações decorrentes dessas relações sociais é que determinará como será o convívio com sua família, amigos, trabalho entre outros.

Os adolescentes em conflito com a lei, muitas vezes não são vistos sob essa perspectiva. Neste sentido, Graziela Marques<sup>4</sup> afirma:

São os adolescentes da cidade, são os meninos que estão por aí... não tem nada que os diferencie, mesmo se o olharmos em um grupo com outros adolescentes, não há marcas, não há diferenças. Temos apenas que tomar cuidado para não colocarmos a marca. São adolescentes que têm histórias, que têm vínculos na escola e na família, têm participações na comunidade, mas que teve um rompimento com esses vínculos, ocasionando a infração. (MARQUES apud ZANCHI, 2010, p.33)

Como visto no item anterior, de acordo com o ECA, sob o ponto de vista legal, é considerado adolescente, pessoa que tenha entre doze e dezoito anos. Ainda segundo o ECA, art 104, “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos”. Em caso de crime ou contravenção penal (ato infracional) o adolescente responde pelo artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente que trata das medidas socioeducativas, a serem apresentadas na subseção 1.6.

Cabe informar que de acordo com o Estatuto, são assegurados aos adolescentes em conflito com a lei (artigo 111),

I - pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente; II - igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa; III - defesa técnica por advogado; IV - assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei; V - direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente; VI - direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento (BRASIL, 1990).

---

<sup>4</sup> Trecho da entrevista com a coordenadora do Programa de Medidas Graziela C. S. Marques. *Apud* Zanchi, 2010

Volpi (2008) argumenta que a igualdade na relação processual passa pelo direito a defesa técnica por profissional habilitado, advogado e assistência judiciária gratuita e integral a quem necessitar. Segundo o autor esses fatores garantem uma averiguação séria e imparcial.

Essas garantias asseguradas ao adolescente em conflito com a lei, promovem o entendimento quanto as mais variadas dimensões que envolvem o mesmo, sejam elas relacionadas a aspectos físicos, emocionais, de saúde, sociais e até mesmo de conflitos próprios da condição de pessoa em desenvolvimento a qual se encontram os adolescentes.

Para Volpi (2008) a definição do ato infracional reafirma a condição de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos assegurados pela Doutrina de Proteção Integral e mais que isso, ultrapassa a concepção de adolescente infrator, presente no antigo Código de Menores, abandonando as práticas de contenção de adolescentes presentes no antigo Código, bem como na Política de Bem-Estar do Menor, onde o mesmo era tratado como “delinquente” e não como um adolescente que praticou alguma infração.

Avaliar a condição de sujeitos de direitos perpassa ainda a necessidade de participação dos adolescentes em decisões de seu próprio interesse incluindo o cumprimento das normas legais.

A seguir faremos uma breve contextualização referente a apuração do ato infracional para melhor compreensão de como se estrutura o atendimento a estes adolescentes sob ótica do Estatuto da Criança e do Adolescente.

### **1.5 Trâmites Legais: da apuração do ato infracional a aplicação de medida**

Os procedimentos adotados para a aplicação de medidas socioeducativas a adolescentes em conflito com a lei, estão regulados pelos artigos 171 a 190 do ECA. Tendo por pressupostos a proteção integral ao adolescente.

O adolescente que for apreendido em flagrante, terá que ser informado acerca de seus direitos (art. 106 do ECA) e encaminhado a autoridade policial.

Se o ato infracional for praticado mediante violência ou grave ameaça à pessoa, deverá ser feito pela autoridade policial auto de apreensão, ouvindo o adolescente, as testemunhas, apreendendo produtos e instrumentos da infração e requisitando exames ou perícias necessárias para comprovar ou não a materialidade do ato (art. 173 do ECA). Nos demais casos envolvendo o flagrante, poderá ser realizada pela autoridade policial o Boletim de Ocorrência circunstanciado.

O adolescente será liberado pela autoridade policial a partir do comparecimento dos pais ou responsável pelo adolescente, sob termo de compromisso de apresentar-se ao Ministério Público no mesmo dia, ou no dia útil imediato, ou quando “pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública”. (art. 174 do ECA)

O Ministério Público realiza a oitiva informal do adolescente, se possível, juntamente com os pais, testemunhas e vítimas (art. 179 do ECA).

Após ouvir o adolescente, o Ministério Público poderá tomar uma das seguintes providências, se assim achar necessário (art. 180 do ECA): promover o arquivamento dos autos; conceder a remissão (perdão); representar à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa.

A remissão se configura como forma de extinção do processo. O MP poderá conceder apenas a remissão ou a mesma pode vir acompanhada de alguma Medida Socioeducativa que não seja privativa de liberdade.

Após o arquivamento ou remissão, o processo será encaminhado à autoridade judiciária para homologação (art. 181 do ECA).

A representação realizada pelo Ministério Público (espécie de denúncia-crime) se remete ao Juiz da Infância e Juventude e contém além da narrativa dos fatos, a aplicação da medida socioeducativa que se entender mais adequada.

Realizada a representação, a autoridade judiciária notificará o adolescente e seus responsáveis para que compareçam para audiência de apresentação, nesta fase o adolescente deve apresentar-se com advogado, que pode ser constituído ou nomeado. Ouvido o Ministério Público, o juiz poderá conceder a remissão judicial, extinção do processo.

Caso não conceda a remissão judicial, o juiz determinará audiência em continuação, determinando se for o caso a realização de estudos psicossociais, para avaliar a possibilidade da aplicação de medida socioeducativa de privação de liberdade, seguindo o princípio da excepcionalidade da internação.

O advogado do adolescente, nessa fase do processo, tem três dias para apresentar a defesa prévia (art. 186 do ECA).

Após esse momento o juiz profere a sentença, onde pode arquivar o processo, caso absolva o adolescente ou pode determinar a aplicação de medida socioeducativa. Aplicando a medida socioeducativa, a autoridade judicial expede ofício a instituição responsável pelo atendimento socioeducativo ao adolescente, a execução da medida passa a ser acompanhada

judicialmente, por meio de relatórios enviados pelas instituições através do Plano Individual de Atendimento (PIA). Até o momento em que o Juiz, por intermédio da Promotoria, Defensoria/ou advogado, decide extinguir o processo.

No próximo item será abordada a questão referente às medidas socioeducativas e sua relação não só com o adolescente como também com a família, a sociedade e o estado.

## 1.6 As Medidas Socioeducativas

Volpi (2008), afirma que as medidas socioeducativas dependem de três fatores para serem aplicadas e operadas, sendo eles, característica da infração, circunstâncias sociofamiliar e disponibilidade de programas e serviços em nível municipal, regional e estadual.

As medidas socioeducativas, de acordo com o que preconiza o ECA, visam possibilitar ao adolescente o acesso e a inclusão com vistas a reintegração destes na sociedade.

De acordo com o artigo 112, as medidas aplicáveis aos adolescentes em conflito com a lei, são:

**Quadro 1: Medidas Aplicáveis aos Adolescentes em Conflito com a Lei**

Advertência (Artigo 115)	A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.
Reparação do dano (Artigo 116)	Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma compense o prejuízo da vítima. Parágrafo único: Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.
Prestação de Serviços à Comunidade (Artigo 117)	A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. Parágrafo único: As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.
Liberdade Assistida (Artigo 118)	A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. § 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento. § 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor. Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros: I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; II - supervisionar a frequência e o aproveitamento

	escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula; III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho; IV - apresentar relatório do caso.
Semiliberdade (Artigo 120)	O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de 18 atividades externas, independentemente de autorização judicial. § 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade. § 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.
Internação (Artigo 121)	A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. § 1º Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário. § 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses. § 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos. § 4º Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida. § 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade. § 6º Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público

Fonte: BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8069 de 13/07/1990. Sistematizado pela autora, em novembro de 2012.

O regime socioeducativo, como afirma Volpi (2008), deve criar condições que garantam o acesso do adolescente às oportunidades que por ventura possam ter sido ausentes em sua vida. Deve também garantir-lhe o acesso à formação de valores positivos de participação na vida social.

Dentre as medidas socioeducativas, estabelecidas pelo estatuto o autor acredita ser a medida de Prestação de Serviço à Comunidade a mais adequada no processo de ação socioeducativa, visto que proporciona ao adolescente a oportunidade de vivenciar experiências da vida comunitária através de valores e compromissos sociais. Contudo o referido autor afirma que a medida será cada vez mais efetiva “na medida em que houver o adequado acompanhamento do adolescente pelo órgão executor, o apoio da entidade que o recebe, e a utilidade real da dimensão social do trabalho realizado” (VOLPI, 2008, p.24).

Referente à medida de internação, medida esta que sempre gera conflitos por parte da sociedade e do poder público, Volpi (2008) argumenta que a medida socioeducativa de internação, deve ser aplicada somente quando não houver outra medida mais adequada ao adolescente (conforme ECA, art.122, §2º).

Visando uma alternativa para a medida de internação, Volpi (2008) acredita no regime de semiliberdade, onde este regime poderia ser ampliado através da implantação de programas regionalizados e municipalizados, quando assim houvesse necessidade.

Cabe destacar que durante esse processo de cumprimento de medidas socioeducativas, é fundamental além de condições estruturais, humanas e materiais que haja a participação familiar e comunitária mesmo em casos de privação de liberdade.

Neste sentido é de grande importância que os órgãos competentes garantam ao adolescente em conflito com a lei seu direito a convivência familiar e comunitária.

A temática referente ao adolescente em conflito com a lei envolve muitas problematizações e discussões, com isso a busca por tentar articular com os diferentes níveis de governo, com a família e sociedade formas mais objetivas e procedimentos mais justos para atender o adolescente em questão, se faz cada vez mais necessária.

A seguir abordaremos a Política Nacional de Assistência Social e como está organizada a execução das medidas socioeducativas.

### **1.7 A Política Nacional de Assistência Social e a execução das Medidas Socioeducativas**

Antes de abordar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), se faz necessário compreender em que contexto se deu a regulamentação dessa política.

De acordo com a PNAS NOB/SUAS (2004)<sup>5</sup>, a Política de Assistência Social teve grande avanço, principalmente após a aprovação da Lei nº 8.742 de dezembro de 1993 que institui a LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social. A LOAS regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, que trata da Assistência Social. Isto é, a Assistência Social como política social pública inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, inserindo-se dentro do campo da Seguridade Social juntamente com a saúde e com a previdência social.

É importante salientarmos que a Política Nacional de Assistência Social é fruto de uma construção coletiva e descentralizada, realizada por intermédio do Conselho Nacional de Assistência Social e Secretaria Nacional de Assistência Social, foi aprovada em 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

A estrutura de atuação da PNAS está hierarquizada em dois eixos, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

De acordo com a PNAS (2004) a Proteção Social Básica tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

---

<sup>5</sup> Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (2004), Norma Operacional Básica NOB/SUAS.

Os programas, projetos e serviços devem ser executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, e em outras unidades básicas de assistência social referenciadas ao CRAS.

Em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais o CRAS executa três serviços, são eles: 1) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e 3) Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

Já a Proteção Social Especial é o conjunto de serviços, programas e projetos voltados a prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de: abandono; maus tratos físicos/ou psíquicos; abuso sexual; uso de substâncias psicoativas; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; cumprimento de medidas socio-educativas; situação de rua; situação de trabalho infantil, entre outras.

É importante destacarmos que a Proteção Social Especial está dividida entre Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Os Serviços de Média Complexidade são aqueles que oferecem atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.

Os Serviços de Proteção Socioassistencial de Média Complexidade são executados no CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social. De acordo com o Guia de Orientação<sup>6</sup>, o CREAS se constitui, numa unidade pública estatal, de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo um conjunto de profissionais e processos de trabalhos que devem ofertar apoio e acompanhamento individualizado especializado.

De acordo com a PNAS (2004) o CREAS poderá ser implantado, em abrangência local ou regional, dependendo do nível da gestão e porte dos municípios e ainda dependendo da incidência e complexidade das situações de risco e de violação de direitos e cada município ampliará gradativamente os serviços, conforme verificação de necessidade.

Podemos destacar os seguintes Serviços de Proteção Socioassistencial de Média Complexidade: 1) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos

---

<sup>6</sup> Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Guia de Orientação nº1.



(PAEFI); 2) Serviço Especializado em Abordagem Social e 3) Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Também destacamos os serviços de: Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Partindo do objeto deste trabalho, destacaremos o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa LA e PSC.

A descrição do PSEMC – Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa – LA e PSC têm por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Além de elaborar o Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação do (a) adolescente e da família,

Quanto aos objetivos destacamos o acompanhamento social a adolescentes durante o cumprimento de medida socioeducativa de LA e PSC, com frequência mínima semanal que garanta o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do PIA; inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais e a construção/reconstrução de projetos de vida que visem à ruptura com a prática de ato infracional.

O atendimento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade e suas famílias é orientado através do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE que aprofundaremos no item 1.7 a seguir.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade são aqueles serviços que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirado de seu núcleo familiar e, ou, comunitário (PNAS, 2004, p. 38).

Os Serviços Socioassistenciais de Alta Complexidade estão descritos como serviço de acolhimento institucional nas seguintes modalidades: abrigo institucional; casa-lar; casa de passagem; residência inclusiva; serviço de acolhimento em república; serviço de acolhimento em família acolhedora; serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Como mencionado anteriormente, a seguir destacaremos o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, para uma melhor compreensão de como é executada as medidas socioeducativas em LA e PSC, a partir da PNAS.

### **1.8 O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) surgiu no ano de 2004 através de uma articulação entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), e ainda o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), foi proposto e sistematizado o SINASE, instituído inicialmente pela Resolução nº. 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA (SINASE, 2006).

Aprovado recentemente pela Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012, em seu artigo primeiro, o SINASE é entendido como,

o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei (BRASIL, 2012).

Esse sistema surgiu em consonância com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente e veio a agregar no tocante a implementação das medidas socioeducativas previstas no referido estatuto.

Dentre as principais inovações trazidas com o SINASE, destacamos as ações pedagógicas que possibilitem aos adolescentes o acesso a seus direitos, bem como a sua participação na sociedade. Essas ações pedagógicas visam atender as medidas socioeducativas de internação, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e semiliberdade, com base em doze diretrizes. Sendo elas<sup>7</sup>:

**Prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios:** de acordo com o SINASE o adolescente em conflito com a lei, responde judicialmente pelo ato infracional praticado, no entanto, a operacionalização das medidas socioeducativas

---

<sup>7</sup> Com base no documento elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da Republica e o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA), em junho de 2006.

estrutura-se sob o aspecto ético-pedagógico, visando assegurar ao adolescente o acesso a seus direitos.

**Projeto pedagógico como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo:** segundo essa diretriz, os programas que atendem os adolescentes em conflito com a lei, deverão apresentar um projeto pedagógico que esteja em consonância com os princípios do SINASE. Para a operacionalização do projeto, será necessário planejar o desenvolvimento das ações e avaliar o desenvolvimento do processo, devendo sempre dividir esse momento com a equipe, com os adolescentes e suas famílias.

**Participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas:** o adolescente deve participar ativamente do processo de avaliação das ações das medidas socioeducativas fazendo com que essas ações propiciem ao adolescente um momento de reflexão buscando a análise de forma crítica acerca de seu real papel na sociedade enquanto sujeitos de direitos.

**Respeito à singularidade do adolescente, presença educativa e exemplaridade como condições necessárias na ação socioeducativa:** o processo da ação socioeducativa precisa respeitar a individualidade do adolescente bem como suas fases de desenvolvimento, assegurando sua particularidade durante os atendimentos nos programas, neste sentido que o Plano Individual de Atendimento (PIA) se mostra de extrema relevância para garantir ao adolescente a forma mais adequada de atendimento.

**Exigência e compreensão, enquanto elementos primordiais de reconhecimento e respeito ao adolescente durante o atendimento socioeducativo:** o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo preza pela necessidade de conhecer o adolescente enxergando nele suas reais potencialidades e aptidões tornando assim que as exigências feitas aos adolescentes possam ser possíveis de serem realizadas.

**Diretividade no processo socioeducativo:** essa diretriz marca a importância em se manter um diálogo onde as decisões são feitas em conjunto, assegurando ao adolescente o seu direito de participar. De acordo com o SINASE, os técnicos e educadores se tornam os responsáveis pela condução das ações socioeducativas.

**Disciplina como meio para a realização da ação socioeducativa:** a disciplina não pode ser entendida apenas como forma de manter a ordem da instituição ela deve proporcionar a criação de um projeto coletivo e individual. Deve viabilizar o alcance dos objetivos comum a todos.

**Dinâmica institucional garantindo a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes em equipe multiprofissional:** dentro dos programas o trabalho da equipe multiprofissional deve ocorrer de modo que não haja relação de superioridade nas relações pessoais e de trabalho. Nesse caso, os educadores e a equipe técnica precisam manter constantes trocas de saberes e informações, visando garantir a horizontalidade no que concerne a socialização das informações.

**Organização espacial e funcional das Unidades de atendimento socioeducativo que garantam possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para o adolescente:** a organização e o espaço físico dentro da unidade de atendimento socioeducativo precisam estar em consonância com o projeto pedagógico. Tendo em vista que a forma como as pessoas circulam e interagem no ambiente é de grande importância no processo de convivência.

**Diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual norteadora da prática pedagógica:** os temas envolvendo a diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual devem estar presentes no projeto pedagógico dos programas que executam as medidas socioeducativas. Segundo o SINASE, é fundamental discutir e problematizar tais temas para que estes possam fazer relação com as ações de promoção à saúde, educação, cidadania entre outros.

**Família e comunidade participando ativamente da experiência socioeducativa:** uma das diretrizes mais importantes nessa proposta de ação socioeducativa, sem dúvida nenhuma é a participação da família, comunidade e de organizações da sociedade civil. De acordo com o SINASE “As ações e atividades devem ser programadas a partir da realidade familiar e comunitária dos adolescentes para que em conjunto – programa de atendimento, adolescentes e familiares – possam encontrar respostas e soluções mais aproximadas de suas reais necessidades.” (SINASE, 2006, p. 55). Fortalecer os laços familiares é parte constitutiva do processo de inclusão e reintegração dos adolescentes na sociedade, com isso, essa “parceria” entre a família, a comunidade e o programa de atendimento estruturam-se em três pilares que só vêm a agregar no processo de desenvolvimento do adolescente em conflito com a lei.

**Formação continuada dos atores sociais:** os profissionais que atuam com os programas de execução de medida socioeducativa precisam constantemente buscar a capacitação e o conhecimento teórico acerca do tema “criança e adolescente” e tudo o que envolve a temática. Buscar esse aprofundamento teórico é de extrema relevância,

principalmente para que a rotina de trabalho não condicione estes profissionais a práticas repressoras ou assistencialistas.

Dentre todas as diretrizes, cabe destacar a importância do Plano de Atendimento Individual (PIA), proposta recente, cuja efetivação resultará no melhor atendimento ao adolescente em conflito com a Lei, já que possibilita conhecer as particularidades e individualidades de cada um, garantindo assim, como preconiza o SINASE, “a equidade no processo socioeducativo” (SINASE, 2006, p.54).

Sendo assim, a implementação do SINASE representa um grande avanço para a sociedade, principalmente por buscar romper com a visão estigmatizante acerca do adolescente em conflito com a Lei e principalmente por resgatar os preceitos da Doutrina da Proteção Integral presente no ECA.

Nesse contexto, é de responsabilidade do CREAS buscar a mobilização e a compreensão da opinião pública, minimizando a hostilidade e o desrespeito com que os adolescentes normalmente são tratados, impedindo que sejam reduzidos ao ato infracional cometido, lhes garantindo assim a posição de sujeitos de direito.

De acordo com o Protocolo de Gestão do CREAS de Curitiba (2011) o atendimento deve buscar a co-responsabilização da família, comunidade e sociedade em geral na promoção e defesa da garantia de direitos. Considerando essa questão, o cumprimento da medida deve acontecer preferencialmente no território onde a família reside.

E mais, as intervenções junto aos adolescentes devem estar ligadas a formação da cidadania, considerando suas demandas sociais, psicológicas e pedagógicas. As políticas públicas, tais como saúde e educação também devem ser acionadas, caso se verifique necessidade de superar uma situação vivenciada pelo adolescente.

No próximo capítulo, faremos uma contextualização acerca da inserção do Serviço Social no âmbito sócio-jurídico explicitando seus objetivos dentro da Instituição, bem como suas principais funções, principalmente no que tange ao Ministério Público.

## **2. O SERVIÇO SOCIAL E O MINISTÉRIO PÚBLICO**

### **2.1 As primeiras aproximações do Serviço Social com o campo sócio-jurídico**

Antes de abordar como se deu a aproximação do Serviço Social do Ministério Público com as medidas socioeducativas é necessário fazer um resgate de como o Serviço Social iniciou suas atividades no campo sócio-jurídico.

De acordo com Silva (2012), atualmente o Serviço Social está inserido em grande parte em órgãos e instituições os quais possuem por pressupostos primordiais a efetivação da democracia e a garantia de direitos, sendo o campo sócio-jurídico um dos primeiros espaços de atuação. De acordo com Chuairi (2001, p.137 apud SILVA 2012, p.8) “o Serviço Social aplicado ao contexto jurídico configura-se como uma área de trabalho especializado, que atua com as manifestações da questão social, em sua interseção com o Direito e a Justiça na sociedade”.

Fávero (2003) afirma que o campo sócio-jurídico constitui-se no total de áreas onde a atuação do Serviço Social, relaciona-se com ações de natureza jurídica, que envolvem a Justiça Federal e Estadual, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Universidades e na execução de medidas socioeducativas, execução de penas alternativas, sistemas penitenciários e organizações não governamentais.

Segundo Alapanian (2008) as primeiras aproximações do Serviço Social com o campo sócio-jurídico tiveram por base as questões ligadas a Infância e Juventude, mais especificamente com a criação dos Juizados de Menores, inicialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, a partir da década de 1920. Com a criação dos Juizados de Menores, surge também os Comissários de Vigilância. Conforme afirma Fávero,

Os comissários eram pessoas da sociedade que se dispunham a auxiliar voluntariamente no trabalho junto a menores e tinham como atribuições, entre outras, a apreensão de menores abandonados e infratores, o atendimento a pessoas que compareciam ao juizado, a representação dos casos ao Juiz. (FÁVERO, 2005, p. 36)

Verificamos que os Comissários de Vigilância configuraram-se como uma das primeiras aproximações com o Serviço Social, “exercendo aí funções sem especialização técnica, mas semelhantes, em alguns aspectos, às posteriormente assumidas pelo Serviço Social” (FÁVERO, 2005, p.36).

As primeiras inserções formais de assistentes sociais junto ao Juizado de Menores ocorreram a partir de 1948, através do Serviço de Colocação Familiar, onde se objetivava evitar a internação de menores (FÁVERO, 2005).

Segundo Silva (2012), as principais demandas trazidas ao Serviço Social nesse campo, relacionavam-se aos casos envolvendo crianças e adolescentes. “Inúmeros concursos públicos realizados pelo país afora dotaram Varas de Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça estaduais, de equipes técnicas integradas, quase sempre, por assistentes sociais” (Alapanian et al 2006, s.p apud Silva 2012, p.9).

De acordo com Silva (2012) a partir do surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 as demandas para o Serviço Social aumentaram consideravelmente, fazendo com que cada vez mais a profissão se consolidasse nas instituições jurídicas.

A autora afirma que o Serviço Social passou a ganhar notoriedade e visibilidade no referido espaço ocupacional, ampliando assim seus campos de intervenção, a exemplo do Ministério Público que se destaca como um novo campo de atuação para o Serviço Social dentro do espaço sócio-jurídico, o que será melhor explicitado nos itens a seguir.

## **2.2 Contextualizando o Ministério Público**

Segundo o portal eletrônico do MP<sup>8</sup>, não há como definir precisamente quando se deu o surgimento do Ministério Público, contudo, de acordo com o portal, a expressão “Ministério Público” foi descoberta em textos Romanos clássicos. Em tais obras, também mencionava-se a expressão “Procuradores do Rei”, proveniente do direito Francês, cuja imposição estava no impedimento de “patrocinar outras causas”, devendo seguir o mesmo juramento dos juízes.

Na França, surge a figura do “Procurador da Monarca”. Defensor dos interesses dos príncipes junto aos tribunais. Por volta do século XVIII e início do século XIX, também no referido país, atuavam os “Comissários do Rei”, onde, entre suas principais obrigações, estava a de zelar pela execução das leis.

Referente ao papel do Ministério Público na época, o portal do MP afirma que,

durante todo esse percurso histórico, a missão do Ministério Público sempre esteve ligada à defesa dos interesses do governante, fosse ele um Rei ou um César, sobretudo quando esse empenho dissesse respeito à manutenção da integridade do tesouro desse soberano, que, afinal se auto legitimava representante dos direitos do

---

<sup>8</sup> As origens do Ministério Público. Disponível em: <http://www.mp.rr.gov.br/conteudos/view/53>. Acesso em: dez de 2012

próprio Estado. O caráter privado, personalizado na autoridade do monarca, sempre vestiu e compôs os assuntos da Nação. Tal conteúdo só foi suavizado após a Revolução Francesa, época em que o Ministério Público, passou a assumir a função de acusador oficial do Estado, além de “fiscal das leis”.

De acordo com Loureiro (2011), o Judiciário e o Ministério Público organizaram-se no Brasil posteriormente a ocorrência na Europa, em países como França, Portugal e Espanha, tendo o país permanecido em estado de abandono, por cerca de trinta anos após seu descobrimento.

Loureiro (2011), afirma que apenas após a colonização começaram a ser expedidos ofícios, contudo, estes eram centralizados em Portugal.

A casa da suplicação situava-se em Portugal e o Promotor de Justiça que lá atuava centralizava praticamente todo o ofício, inclusive do Brasil-Colônia. Com as ordenações Manuelinas os processos criminais passaram a começar por „querelas” (delações de crimes feitas por particulares) e por “denúncias” (feitas nos casos de devassas, sem participação do acusado). Fato curioso é que este antigo estatuto, quase medieval, já continha normas restritivas à vingança privada, embora ainda contemplasse em larga escala a acusação particular em prejuízo da publicização da justiça criminal. Não consagrava o princípio da legalidade (princípio da reserva legal), nem mencionava a necessidade do direito a defesa (LOUREIRO 2011, p. 60 apud BRÜNING, 2002, p.30).

Loureiro (2011) ainda afirma que durante a colonização, o Brasil dividiu-se em quatorze capitanias hereditárias, onde continha quinze lotes, esse sistema assemelhava-se as características de propriedade particular. Cada donatário tinha o arbítrio de estabelecer seus próprios critérios de justiça, e tendo em vista que cada donatário possuía seu critério próprio, as capitanias tornaram-se um fracasso. Com isso, em 1.549 o então Rei D. João III criou o cargo de Governador Geral do Brasil, que dispunha de três auxiliares, sendo estes: “provedor-mor (responsável pelas finanças), capitão-mor (responsável pela defesa da costa) e ouvidor-mor (autoridade suprema da administração da justiça).” (LOUREIRO, 2011, p.60 apud BRÜNING, 2002, p.34).

Após as capitanias tornarem-se unidades administrativas ao longo do tempo, estas reverteram em coroa portuguesa, extinta durante século XVIII. Nessa época, o Brasil contou com três governadores gerais<sup>9</sup>, com isso a organização política brasileira ganhou melhor impulso, no entanto, a justiça de maneira geral, ainda era deficitária. Loureiro (2011, p.60 apud BRÜNING, 2002, p. 36).

---

<sup>9</sup> Tomé de Souza (1.549/1.553), Duarte da Costa (1.553/1.558) e Mem de Sá (1.558/1.572). (Loureiro, 2011, p. 60)



De acordo o site MPU<sup>10</sup> o Ministério Público enquanto Instituição surgiu no período imperial, com o Código de Processo Penal do Império em 1832, onde as ações do Ministério Público passaram a ser sistematizadas. A partir de então, ao longo dos anos o Ministério Público foi conquistando independência e autonomia.

Segundo o site, ao longo da organização da justiça no Brasil, principalmente no que diz respeito ao Ministério Público, percebe-se que a Instituição nem sempre foi mencionada na formulação das Constituições Federais e isso se deve as oscilações entre regimes democráticos e regimes autoritários/ditatoriais. Com isso podemos verificar que a Constituição de 1824 não faz referência direta ao Ministério Público, mas estabelece: "nos juízos dos crimes, cuja acusação não pertence à Câmara dos Deputados, acusará o procurador da Coroa e Soberania Nacional".

A Constituição de 1891 também não faz qualquer referência ao Ministério Público, apenas dispõe sobre a escolha do Procurador-Geral da República e sua iniciativa na revisão criminal.

Sobre as primeiras referências a Instituição, Loureiro (2011) afirma que,

A referência expressa a este órgão só aparece na Constituição de 1934, quando no capítulo que se refere aos órgãos de cooperação, o Ministério Público é institucionalizado sendo outorgada lei federal que organiza o Ministério Público da União. Em 1937 a carta magna torna a não fazer referência ao Ministério Público, referindo-se apenas ao Procurador-Geral e ao quinto constitucional. Porém, na Constituição de 1946, a instituição ganha título próprio nos artigos 125 a 128 sem vinculação aos poderes. Em 1967, a referência expressa continua aparecendo no capítulo destinado ao Poder Judiciário. Na Emenda Constitucional de 1969, a referência ao órgão aparece no capítulo destinado ao executivo. (LOUREIRO, 2011, p. 61)

A Constituição de 1988 inseriu o MP como “Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado” (art. 127), a partir de então com a Constituição emergiram novas funções para o Ministério Público, dentre estas a

independência e autonomia frente ao Poder Executivo, contribuindo para o controle e fiscalização também, dos atos da administração pública que possam afrontar ameaçar ou lesar os direitos e cidadania da sociedade civil, que até então, a ligação orgânica do MP com o Poder Executivo não permitia (MANFRINI, 2007, p. 28).

Sobre estas novas funções, o artigo 129 da Constituição Brasileira (1988) estabelece que, são funções institucionais do Ministério Público:

---

<sup>10</sup> Histórico do Ministério Público no Brasil. Disponível em: <http://www.mpu.gov.br/navegacao/institucional/historico>. Acesso em: dez de 2012.

- I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
- III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;
- V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;
- VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;
- VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;
- VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas (BRASIL, 1988).

O Ministério Público se organiza em Ministério Público da União, e Ministério Público de cada Estado da Federação, sendo que O Ministério Público da União divide-se em Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Eleitoral, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

É importante que se tenha claro que o Ministério Público não faz parte do Poder Judiciário, embora atue próximo a este poder. A Instituição é autônoma e, portanto, não possui qualquer vínculo, sejam eles hierárquicos, administrativos, ou outros. De acordo com o Guia do MPSC (2009)<sup>11</sup>, há diferenças na forma de atuação de Promotores/Procuradores de Justiça e Juízes de Direito/Desembargadores,

Os Promotores e Procuradores de Justiça propõem ações e emitem pareceres em processos judiciais. Os Juízes de Direito e Desembargadores apreciam e julgam as ações. Para o Ministério Público agir, basta que tome conhecimento do fato, enquanto o Poder Judiciário precisa ser provocado pelo Ministério Público ou por alguém que proponha uma ação (GUIA DO MPSC, 2009, p.8).

A Constituição Federal (1988), ainda trata dos princípios que norteiam o Ministério Público, citados no artigo 127, parágrafo 1º, sendo estes, a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

De acordo com o Guia do Ministério Público de Santa Catarina, a unidade diz respeito à forma como a Instituição se coloca perante suas manifestações ou até mesmo na sua atuação, com isso os membros do MP representam a Instituição como um todo.

---

<sup>11</sup> Guia do Ministério Público de Santa Catarina. Um Manual para a Imprensa e Sociedade. Disponível em: [http://portal.mp.sc.gov.br/portal/conteudo/guia\\_web.pdf](http://portal.mp.sc.gov.br/portal/conteudo/guia_web.pdf). Acesso em: dez de 2012.

A indivisibilidade se manifesta em situações onde um membro do Ministério Público em casos de férias, licença ou impedimento, pode ser substituído por outro em suas funções, sem prejuízo ao trabalho institucional, já que o que se está representando é a Instituição e não a pessoa física do Procurador ou Promotor de Justiça.

A independência funcional refere-se à autonomia na atuação que os membros do MP possuem. A efetivação de suas ações não necessita de autorização superior. Sendo o único limite para sua atuação profissional, consequentemente suas ações e manifestações são as leis.

Entre as áreas de atuação do Ministério Público, estão:

**Quadro 2: Áreas de Atuação do Ministério Público**

CONSTITUCIONAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constitucionalidade (controle da constitucionalidade de leis e atos normativos municipais e estaduais).</li> <li>• Eleitoral (registros de candidaturas; inelegibilidade de candidatos; abusos de poder econômico, político e dos meios de comunicação nas eleições; propaganda eleitoral irregular).</li> </ul>
CRIMINAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Supervisão e fiscalização das investigações feitas pela Polícia, por meio da análise dos inquéritos policiais.</li> <li>• Desenvolvimento de investigações próprias em crimes de grande interesse social, especialmente que envolvam organizações criminosas.</li> <li>• Elaboração e encaminhamento das denúncias de crimes (ações penais públicas) aos Juízes que atuam nas varas criminais.</li> <li>• Acompanhamento e instrução de processos criminais (colheita e apresentação de provas em juízo), pareceres, arrazoados (peças processuais) e recursos em matérias criminais.</li> <li>• Atuação em casos criminais de menor potencial ofensivo (com pena máxima prevista de dois anos), que envolvem transações penais (acordos com o réu para antecipação de pena).</li> <li>• Atuação perante o Tribunal do Júri.</li> <li>• Ordem tributária (sonegação e fraude fiscal, cobrança irregular de impostos, pirataria e falsificação de produtos com reflexos tributários).</li> </ul>
CÍVEL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Família (processos de separação e divórcio, inventários e divisões de bens que envolvam crianças e adolescentes; declarações de óbito; habilitações de casamento).</li> <li>• Sucessões (inventários, partilhas, arrolamentos).</li> <li>• Registros públicos (registros de nascimento e óbito fora do prazo, habilitações de casamento, loteamentos e desmembramentos, usucapião, suscitações de dúvida).</li> <li>• Acidentes de trabalho (ações envolvendo auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, nos serviços público e privado).</li> <li>• Ações em geral envolvendo interesses de incapazes (pessoas com menos de 18 anos, interdições e interesses de pessoas interditadas)</li> <li>• Mandados de segurança, mandados de injunção e <i>habeas data</i>.</li> </ul>

DEFESA DA COLETIVIDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cidadania (Sistema Único de Saúde; fiscalização das internações psiquiátricas involuntárias; dependência química; idosos; pessoas com deficiência; direitos humanos).</li> <li>• Consumidor (qualidade, quantidade e preços de produtos e serviços públicos e privados; vigilância sanitária; publicidade enganosa e abusiva; cartéis).</li> <li>• Fundações (fiscalização da criação, do patrimônio, da contabilidade e da extinção de fundações de interesse público e social).</li> <li>• Infância e juventude (processos de guarda e adoção, suspensão e extinção do poder familiar; proteção dos direitos de crianças e adolescentes e apuração de atos infracionais - ilícitos penais - cometidos por pessoas com menos de 18 anos de idade).</li> <li>• Meio ambiente (patrimônio natural - recursos hídricos e minerais, fauna e flora; patrimônio histórico e cultural; poluição em geral).</li> <li>• Moralidade administrativa (irregularidades e fraudes na aplicação de recursos públicos e em processos de licitação; nepotismo; irregularidades no acesso a cargos e empregos públicos; promoção pessoal com uso de recursos públicos; apropriação e desvio de recursos, bens e serviços públicos).</li> </ul>
------------------------	--

Fonte: Guia do Ministério Público de Santa Catarina. Um Manual para a Imprensa e Sociedade. Disponível em: [http://portal.mp.sc.gov.br/portal/conteudo/guia\\_web.pdf](http://portal.mp.sc.gov.br/portal/conteudo/guia_web.pdf). Sistematizado pela autora, em dezembro de 2012.

O Estado de Santa Catarina, procurou adequar-se ao novo perfil de Ministério Público, assegurado pela Constituição de 1988, com isso surgem novas demandas e principalmente novos cargos à exemplo dos profissionais de Serviço Social, que será abordado no item a seguir.

### 2.3 Ministério Público de Santa Catarina e a inserção do Serviço Social

De acordo com Manfrini (2007), em âmbito estadual, a primeira normatização visando à uniformização dos Ministérios Públicos Estaduais foi a Lei Complementar 40/81, originando a Emenda Constitucional nº 15 à Constituição Estadual. Em 1993 é instituída a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público dos Estados, Lei nº 8.625/93, onde regulamentou o disposto no § 5º do artigo 128 da Constituição Federal.

Ainda segundo a autora, a Lei Orgânica do MPSC que veio depois a ser substituída pela Lei Complementar nº 197/2000, teve grande relevância, pois desvinculou efetivamente o Ministério Público do Judiciário “passamos a ter estrutura própria, desatrelada das varas. Antes, para cada Vara Judicial existia um Promotor. Com isso a maioria dos Promotores trabalhava com sobrecarga de serviço e alguns poucos praticamente sem serviço” Dell’Agnolo (2006, apud MANFRINI, 2007, p. 34).

Outro ponto relevante na busca por autonomia do MP Catarinense ocorreu através do PGA – Plano Geral de Atuação<sup>12</sup>, que “constitui um direcionamento da ação institucional, definindo prioridades em cada área de atuação” (MANFRINI, 2007, p. 34).

De acordo com a autora, o referido Plano caracteriza a Instituição, seja por meio de valores, missão, visão e desafios. O Ministério Público do Estado de Santa Catarina estabeleceu como missão “promover a defesa dos direitos da população visando à redução dos conflitos e à construção da paz social” (PGA, 2012, p.7). Como visão estratégica, o Ministério Público procura “ser uma instituição que sirva de referencial pelos padrões de eficiência e regularidade na geração de resultados úteis sociedade e na garantia dos direitos do cidadão” (PGA, 2012, p. 9).

Segundo a Lei Complementar nº. 197 de 13 de julho de 2000, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público, a presente instituição estrutura-se em órgãos de Administração Superior, órgãos de Administração, órgãos de Execução e órgãos Auxiliares.

De acordo com a referida lei, o órgão principal da Administração Superior é a Procuradoria Geral de Justiça, que engloba setores de chefia, administração geral e serviços técnicos de coordenação.

Os órgãos de Administração do Ministério Público compõem-se das Procuradorias de Justiça e das Promotorias de Justiça que são divididas em áreas de atuação e quantidades, conforme demanda de cada comarca.

Os órgãos de Execução compõem os membros da Instituição que atuam em diferentes funções, executando ações relativas à administração da Instituição (Manfrini, 2007).

Referente aos órgãos Auxiliares cabe salientar que compõe este órgão os chamados Centros de Apoio Operacional,

A quem compete estimular a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e que tenham atribuições comuns e estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções (MANFRINI, 2007, p.36).

São nos órgãos Auxiliares que estão inseridas as Assistentes Sociais do Ministério Público. De acordo com Rey e Gesperin (2006 apud MANFRINI, 2007, p. 36),

---

<sup>12</sup> Plano Geral de Atuação. Disponível em: [http://portal.mp.sc.gov.br/portal/conteudo/pga\\_2012\\_web.pdf](http://portal.mp.sc.gov.br/portal/conteudo/pga_2012_web.pdf). Acesso em dez de 2012.

atribuições mais amplas exigiram o incremento de estruturas interdisciplinares, como é o caso da contratação de profissionais de diversas áreas do conhecimento. A recente inserção no atendimento individual e, desta forma, diretamente no convívio diário com as demandas sociais, familiares e políticas públicas gerou a necessidade de assessoria do profissional de Serviço Social (REY; GESPERIN, 2006 apud MANFRINI, 2007, p.36).

De acordo com MANFRINI, et al. (2006), o Serviço Social no Ministério Público de Santa Catarina teve primeira inserção de Assistentes Sociais no ano de 1995 e até 2005 existiam apenas cinco profissionais em todo o estado, sendo três na Comarca da Capital, uma na comarca de Lages e outra na comarca de Itajaí. Em 2005, através de Concurso Público realizado no ano anterior, ingressaram mais quatro profissionais nas Comarcas de Palhoça, Tubarão, São Miguel do Oeste e Rio do Sul e no fim do mesmo ano ingressaram mais nove compondo as Comarcas de Jaraguá do Sul, Balneário Camboriú, Joinville, Blumenau, Criciúma, São José, Brusque, Itajaí e Chapecó.

O Serviço Social, dentro do quadro profissional do MPSC está inscrito como serviço técnico de apoio especializado, onde sua função principal é prestar assessoria técnica as Promotorias de Justiça, na comarca a qual está inserido (Manfrini, 2007).

Manfrini et al (2006) afirmam que o Serviço Social do MP/SC, possui relação direta com a área da Infância e Juventude, bem como possui relação com o Centro Operacional da Infância e Juventude (CIJ)<sup>13</sup>, situado na Procuradoria Estadual.

Outra área na qual o profissional é chamado a atuar são as Promotorias dos Direitos Humanos, Cidadania e Fundações, principalmente nas situações relativas a idosos e pessoas com deficiência. Destaca-se que, como as estatísticas nacionais vêm demonstrando, há um aumento da população idosa brasileira, e consequentemente, ampliação das situações e problemáticas específicas deste grupo, o que originou o próprio Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003). (MANFRINI, et al, 2006, p. 221)

De acordo com as autoras, o Ministério Público vem atuando de maneira mais incisiva a esta população o que justifica a necessidade cada vez maior de profissionais da área de Serviço Social.

Referente ao atendimento aos usuários, o Assistente Social do MP presta,

---

<sup>13</sup> O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CIJ) é o órgão responsável por prestar suporte ao trabalho dos Promotores de Justiça com atribuição na área em todo o Estado, realizando pesquisas, estudos e pareceres. Além disso, estimula a integração e o intercâmbio entre órgãos do Sistema de Garantias dos Direitos das Crianças e Adolescentes, como Judiciário, Conselhos Tutelares e Gestores Municipais. O CIJ também desenvolve campanhas e programas de caráter educativo e preventivo nos temas relacionados à infância e juventude. Incentivo à adoção, prevenção ao uso de drogas e combate ao *bullying* e à pedofilia na Internet são exemplos dos trabalhos realizados pelo Centro de Apoio. Fonte: Portal MPSC. Disponível em: [http://portal.mp.sc.gov.br/portal/webforms/interna\\_dir.aspx?secao\\_id=88](http://portal.mp.sc.gov.br/portal/webforms/interna_dir.aspx?secao_id=88). Acesso em jan de 2013.

orientações, esclarecimentos quanto a direitos e/ou deveres, saúde (medicamentos, exames, tratamento), família, guarda, interdição, idoso, portador de necessidades especiais, dependência química, alcoolismo, meio ambiente, educação, mediação familiar, entre outros (MANFRINI, et al, 2006, p. 221).

O Assistente Social ainda utiliza cadastros para controle dos atendimentos, bem como leva ao conhecimento do Promotor de Justiça, casos que envolvem violação de direitos correspondentes a sua área de atuação, através de relatórios, subsidiados através de dados e informações necessárias (Manfrini, et al, 2006).

A normatização para a ação profissional dos Assistentes Sociais foi elaborada pela Administração Superior, através do Ato nº 115/MP/2004, onde foram definidos os objetivos e atribuições da atuação. Segundo o Ato, são atribuições do Assistente Social do MPSC planejamento, coordenação, orientação, e supervisão de trabalhos relacionados com o diagnóstico, desenvolvimento e tratamento de aspectos sociais (Manfrini, 2007).

Ainda segundo MANFRINI, et al. (2006), em 2006 foi instituído pela Procuradoria Geral o Ato nº. 107 (anexo I) o qual disciplina a forma de realização dos atos a serem executados pelos Assistentes Sociais no âmbito do Ministério Público de Santa Catarina, entre eles estão: a realização de estudos sociais; propor, elaborar e/ou participar de projetos que atendam a necessidade do indivíduo que procura os serviços prestados pela instituição; planejar, executar e avaliar as pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social; encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população considerando a função social da instituição; auxiliar os órgãos do Ministério Público com funções sociais, na supervisão das entidades de atendimento; Supervisionar, treinar e avaliar estagiários do curso de Serviço Social.

No item a seguir, faremos uma breve contextualização acerca da atuação profissional na Comarca de Palhoça.

## **2.4 O Serviço Social no Ministério Público – Comarca de Palhoça**

Referente ao Serviço Social do Ministério Público na Comarca de Palhoça, verificamos que a inserção da profissão é algo recente, tendo a primeira Assistente Social ingressado no ano de 2005, por meio de concurso público. A referida profissional, **Gizelly Rodrigues**, foi a primeira e única até o presente momento, a ocupar o cargo no MP de Palhoça. O presente órgão localiza-se no prédio do Fórum da cidade.

A Assistente Social conta com uma sala e duas estagiárias de Serviço Social, para atender um município de grande porte onde a demanda é crescente, tendo sido registrados no ano de 2012 cerca de 800 (oitocentos) atendimentos somente no setor de Serviço Social.

O Serviço Social do Ministério Público não concede benefícios, portanto quando surgem demandas estas são enviadas, através de relatório com os encaminhamentos necessários, para que a Promotoria correspondente tome as devidas providências.

O Serviço Social da Comarca de Palhoça atua mais diretamente com a 1ª Promotoria de Justiça (responsável pela área da Infância e Juventude), bem como com a 6ª Promotoria de Justiça (que atua na área da Cidadania, a exemplo dos idosos, pessoas com deficiência e direitos humanos).

Com relação à área da Infância e Juventude as demandas estão relacionadas a direitos violados, dentre esses se destacam: falta de vaga em creche/escola, violência sexual/física/psicológica e abandono. Estas demandas podem surgir através de procura espontânea dos usuários envolvidos bem com de suas famílias ou através de denúncias feitas no disque 100, no setor de Serviço Social, encaminhadas pela rede (incluem-se Conselho Tutelar, CREAS, CRAS, Hospitais, Escolas, entre outros) ou pela 1ª Promotoria de Justiça.

As demandas relacionadas à Cidadania, referem-se principalmente aos idosos e também envolvem direitos violados, tais como: negligência, abandono, violência física, entre outros. Estas demandas são trazidas de forma espontânea pelos sujeitos envolvidos ou através de denúncias feitas no setor de Serviço Social, encaminhadas pela rede (incluem-se Institutos de Longa Permanência, CRAS, CREAS e Hospitais) ou pela 6ª Promotoria de Justiça.

As ações de trabalho da Assistente Social nessas duas áreas de atuação são voltadas para a elaboração de relatórios, realização de visitas domiciliares e/ou visitas institucionais, atendimentos no setor de Serviço Social e reuniões com a rede. Essas ações visam embasar a atuação da Assistente Social, aperfeiçoando o estudo sócio-familiar dos sujeitos envolvidos, garantido assim que seus direitos sejam assegurados.

No último capítulo abordaremos a mais recente ação da Assistente Social do Ministério Público de Palhoça a qual refere-se ao atendimento com o adolescente em conflito com a lei, através de avaliações preliminares à audiência de apresentação com o Promotor de Justiça. Este trabalho, dentre outros fatores, propõem garantir atendimento de forma digna ao adolescente assegurando ao mesmo os preceitos da Doutrina de Proteção Integral incorporados no ECA.



### **3. A APLICAÇÃO DAS AVALIAÇÕES PRELIMINARES**

#### **3.1 A Implantação das Avaliações Preliminares**

De acordo com a Assistente Social do Ministério Público, comarca de Tubarão, Maria Ducélia Turnes, o presente trabalho surgiu no Ministério Público da cidade de Rio do Sul, contudo na referida comarca a coordenação do trabalho ficava a cargo dos técnicos do judiciário, havia a participação de Assistente Social do MP, em contrapartida não havia a participação dos técnicos que atuam na execução das medidas socioeducativas. Com isso, em fevereiro de 2010, o Promotor de Justiça, Osvaldo Juvêncio Cioff, titular da 3ª Promotoria de Justiça de Tubarão, responsável pela área da Infância e Juventude, implantou o referente trabalho interdisciplinar e interinstitucional, com vistas ao atendimento preliminar do adolescente em conflito com a lei, buscando de acordo com a mesma, a integração operacional do sistema judiciário, Ministério Público, Segurança e Assistência Social em um mesmo local, tornando assim mais ágil o atendimento inicial do adolescente. A partir de então, o referente trabalho passou a ser realizado pela Assistente Social do MP de Tubarão juntamente com o Serviço de Medidas Socioeducativas, sem a participação dos técnicos do Judiciário.

Na comarca de Tubarão, o atendimento preliminar ainda é realizado de maneira interdisciplinar através da Assistente Social da Instituição juntamente com um profissional da área da Psicologia que atua no Serviço de Execução de Medidas Socioeducativas onde, na impossibilidade deste, o trabalho realiza-se com um pedagogo.

As avaliações preliminares, assim denominadas, consistem na aplicação de um questionário feito com o adolescente em conflito com a lei antes da audiência de apresentação perante o Promotor de Justiça responsável pela área da Infância e Juventude. O trabalho é aplicado pela Assistente Social do Ministério Público e como dito anteriormente, pode ou não ser realizado em conjunto com a equipe técnica do serviço de execução de medidas socioeducativas, o adolescente é atendido sempre na presença de algum familiar ou responsável. Este trabalho é algo recente, portanto de acordo com Ducélia Turnes, apenas algumas comarcas estão executando as avaliações. Segundo a mesma, as comarcas que aplicam as avaliações preliminares são: Tubarão, Rio do Sul, Criciúma, Braço do Norte e Palhoça.

As avaliações preliminares permitem analisar aspectos importantes do contexto social, econômico e familiar do adolescente. Após o atendimento emite-se um parecer, pela equipe ou somente pela assistente social do MP se assim for o caso, sugere-se a medida socioeducativa que se acredita ser a mais adequada ao adolescente atendido, sugerindo ainda, se assim verificar necessário o encaminhamento de alguma medida de proteção. A presente avaliação é entregue ao Promotor de Justiça que, após audiência com o adolescente, pode ou não seguir as sugestões dos profissionais.

### **3.2 As Avaliações Preliminares na Comarca de Palhoça**

A implantação das avaliações preliminares (anexo II) na comarca de Palhoça teve início a partir de um Encontro Estadual do Ministério Público, realizado na cidade de Joinville, em outubro de 2011 onde, na presença de Promotores, Assistentes Sociais e demais servidores, foi exposto a recente implantação da Avaliação Preliminar. A partir de então, o Promotor de Justiça Aurélio Giacomelli da Silva, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Palhoça, responsável pela área da Infância e Juventude propôs em reunião com a Assistente Social do MP de Palhoça, bem como com a equipe do Serviço de Execução de Medidas Socioeducativas, a realização de tal trabalho na comarca referida, tendo em vista a necessidade de proporcionar ao adolescente atendimento digno, avaliando seu contexto de vida, bem como garantido seus direitos, conforme prevê o ECA.

Segundo a Assistente Social Gizelly Rodrigues, inicialmente a equipe do serviço de execução de medidas socioeducativas, não aceitou a proposta tendo em vista o grande acúmulo de atividades que desenvolviam. Contudo, segundo a profissional, após nova reunião com o Promotor de Justiça optaram por aceitar tal desafio.

Antes de implantar o trabalho, a Assistente Social em reunião com a equipe do serviço de execução das medidas socioeducativas, alterou alguns itens do modelo de questionário já existente na comarca de Tubarão, visando a melhor adequação para a realidade da cidade de Palhoça.

Sendo assim, em outubro do referido ano, as avaliações preliminares começaram a ser implantadas na comarca, ocorrendo semanalmente as terças e quintas-feiras, tendo como local para a realização desse trabalho o setor de Serviço Social do Ministério Público. Inicialmente o trabalho era desenvolvido em conjunto com psicólogos e/ou pedagogos da equipe de execução de medidas socioeducativas de Palhoça que participavam do atendimento ao

adolescente em conflito com a lei e no final emitiam em conjunto um parecer, sugerindo a medida socioeducativa e/ou a medida protetiva que julgassem adequadas ao mesmo. Todavia, segundo a Assistente Social Gizelly Rodrigues, a equipe deixou de participar por entender que a atuação com as Avaliações Preliminares estava prejudicando o vínculo que estes possuem com os adolescentes que posteriormente irão cumprir alguma medida socioeducativa, pois alegaram que os adolescentes os associavam com o Ministério Público o que estava dificultando o pleno diálogo com estes, já que os adolescentes manifestavam receio que suas informações fossem repassadas ao Promotor de Justiça.

Neste sentido, desde o mês de fevereiro do ano de 2012, a aplicação das Avaliações Preliminares na comarca de Palhoça está ao encargo somente da Assistente Social.

Antes de atendê-lo (a) a Assistente Social analisa o Procedimento de Apuração de Ato Infracional instaurado, onde procura analisar se o adolescente possui histórico de prática de outros atos infracionais, bem como se já cumpriu alguma medida socioeducativa. A Análise desse procedimento permite a profissional ter acesso a algumas informações que podem auxiliá-la no próprio atendimento com o adolescente.

Durante atendimento ao adolescente a profissional busca proporcionar ao mesmo um espaço onde este possa também relatar suas principais angústias, anseios e interesses, permitindo assim que o adolescente e sua família tomem ciência quanto o comprometimento da profissão bem como do Ministério Público em assegurar o melhor atendimento, bem como os melhores encaminhamentos não só ao adolescente, mas também a sua família.

A profissional procura esclarecer para o adolescente e sua família que sua função não está em discutir o ato infracional, mas sim em conhecer melhor o contexto de vida do adolescente, a fim de que essas informações sejam levadas ao conhecimento do Promotor de Justiça, com o intuito de assegurar o melhor encaminhamento tendo em vista a realidade social analisada.

Durante o atendimento a Assistente Social, informa para o adolescente o motivo do mesmo estar no Ministério Público, visto que em muitas situações os adolescentes não fazem ideia do motivo de seu comparecimento, este fato se explica nos casos onde o ato infracional foi cometido há mais tempo e geralmente em situações onde as infrações cometidas são consideradas mais “leves”. A Assistente Social ainda busca explicitar ao adolescente como funcionam os tramites legais no que se refere ao cometimento do ato infracional e o cumprimento de medida socioeducativa, tendo em vista o pouco ou nenhum conhecimento que estes adolescentes e sua famílias possuem acerca do assunto.

As Avaliações Preliminares, em Palhoça, estruturam-se em oito itens, sendo o primeiro destinado à identificação do adolescente (nome, filiação, endereço, etc). O item 2 levanta aspectos socioeconômicos, tais como relacionamento familiar, profissão e renda dos membros. O terceiro item é referente aos dados escolares, o quarto item tem por finalidade buscar conhecer a situação profissional do adolescente. O item cinco revela a situação de saúde, a exemplo de possíveis envolvimento do adolescente com as drogas ou outras substâncias lícitas ou ilícitas. No sexto item são levantadas informações acerca da relação do adolescente com as ruas, onde se verifica, dentre outros fatores, se o adolescente atendido já viveu algum período fora de sua residência, e por quais motivos. O item a seguir destina-se a conhecer melhor sobre a infração cometida, bem como os motivos que o levaram a cometer tal ato, entre outros. O ultimo item da avaliação é o espaço destinado ao parecer da profissional, sugerindo os encaminhamentos que julgar importantes ao adolescente atendido.

A seguir abordaremos os procedimentos metodológicos para a elaboração da pesquisa.

### **3.3 Procedimentos Metodológicos**

Neste tópico serão discutidos os procedimentos metodológicos que serviram de suporte para o desenvolvimento deste estudo, que privilegiou a abordagem qualitativa e quantitativa. Serão apresentados: a natureza e o universo da pesquisa.

#### **3.3.1 Caracterização da Pesquisa**

A pesquisa tem por intuito fazer uma análise referente à aplicação das Avaliações Preliminares do Ministério Público na Comarca de Palhoça com os adolescentes em conflito com a lei. O objetivo é saber se o referente trabalho pode ser instrumento para a efetivação dos direitos sociais dos adolescentes atendidos.

Para isso se fez necessário analisar os questionários, explorando algumas categorias, afim de subsidiar essa questão.

Neste sentido, salientamos que a forma escolhida para a pesquisa foram a pesquisa qualitativa e a quantitativa por compreender que, baseado em Minayo (1994), estas se complementam, já que a realidade abrangida por elas interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. Ainda, segundo a mesma autora, uma pesquisa quantitativa pode levar o pesquisador à um problema particular cuja análise envolve métodos e técnicas qualitativas.

De acordo com Richardson (1989), a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação tanto por meio de coleta de informações quanto na análise destas através de tratamento de estatísticas. Esse método visa expor um resultado com poucas chances de contestações.

Referente ao método qualitativo, Richardson (1989) argumenta que esta forma de pesquisa não pretende medir ou numerar alguma categoria, bem como não utiliza-se de técnicas estatísticas para responder um problema. Esse método não necessariamente possui um resultado preciso em qualquer área que seja utilizado.

A pesquisa tem caráter exploratório, pois baseado nos argumentos de Gil (2002) esta forma de pesquisa proporciona maior proximidade com o problema visando torná-lo mais explícito ou até mesmo construir hipóteses. O autor ainda afirma que o caráter exploratório de uma pesquisa tem por pressuposto o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

### **3.3.2 Coleta e Análise de Dados**

A coleta de dados se fez mediante a análise de uma amostragem de 57 (cinquenta e sete) questionários, totalizando seis meses de atendimento a adolescentes em conflito com a lei, compreendidos entre os períodos de outubro de 2011 (início da implantação) à março de 2012, tendo em vista que após esse período a Assistente Social mudou a estrutura do questionário, o que tornou mais difícil a identificação de algumas categorias para análise.

Para a coleta de dados, utilizamos algumas técnicas, tais como: levantamentos, estudo, análise documental, revisão bibliográfica, observação direta e levantamento de informações de caráter informal com Dulcéia Tunes assistente social do MP de Tubarão e Gizelly Rodrigues, assistente social do MP de Palhoça.

Em primeiro lugar adotou-se os documentos como fontes de informações. De acordo com Gil (2002) a pesquisa documental tem por característica principal valer-se de materiais que não recebem um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com a pesquisa. Segundo o mesmo autor, a pesquisa documental apresenta algumas vantagens, uma delas está no fato de que os documentos constituem-se em uma fonte rica e estável de dados.

Como fontes de informações, durante essa fase do estudo, utilizamos além dos questionários, denominados de Avaliações Preliminares, documentos referentes ao trabalho

com medidas socioeducativas bem como de medidas de proteção, a saber: normativas, regulamentações e legislações.

Como já abordado anteriormente, a elaboração das avaliações preliminares permite a profissional identificar no contexto de vida do adolescente possíveis ausências de acesso a direitos sociais. Partindo disso, analisaremos abaixo dados extraídos das Avaliações Preliminares que corroboram ou não para esta possível realidade e que subsidiam o parecer da profissional.

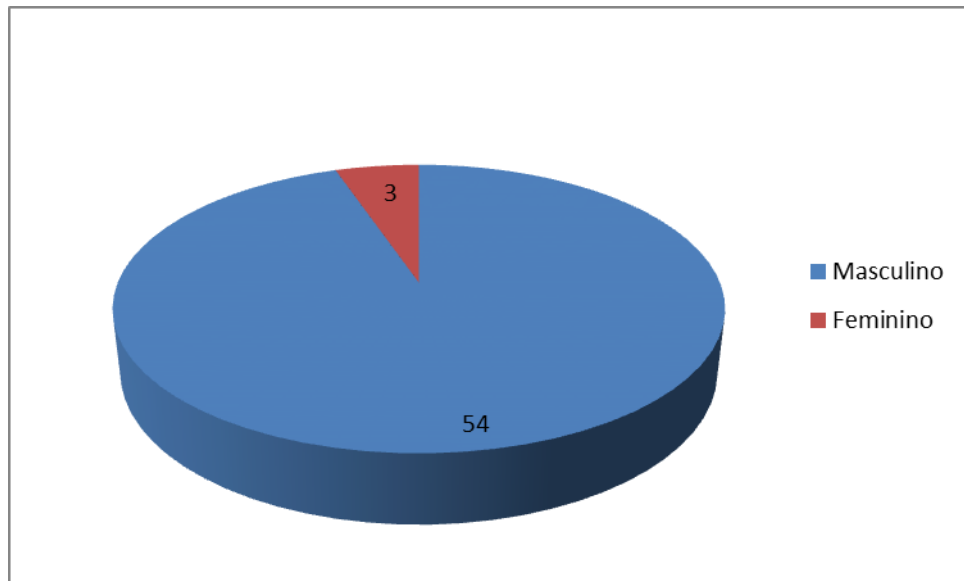
Neste sentido a pesquisa foi dividida em duas etapas, a primeira destinada ao conhecimento do contexto de social econômico e familiar do adolescente e a segunda destinada a analisar quais foram os principais encaminhamentos sugeridos pelo Serviço Social no período analisado. Analisaremos primeiramente, através de gráficos, aspectos gerais a fim de situar a predominância de sexo e os atos infracionais mais praticados, analisando ainda dados como a situação escolar, relação com as drogas e com quem reside, mercado de trabalho e acesso a programas sociais.

Em seguida, ainda por meio de gráficos, mostraremos os encaminhamentos mais sugeridos os quais se referem às medidas socioeducativas e de proteção.

### **3.4 Sobre os adolescentes, seu contexto social, econômico e familiar**

A partir da análise documental, identificamos que no período compreendido entre outubro de 2011 à março de 2012, foram atendidos 57 (cinquenta e sete) adolescentes que cometeram ato infracional, destes, somente 3 (três) do sexo feminino e 54 (cinquenta e quatro) do sexo masculino. Conforme podemos visualizar no Gráfico 1:

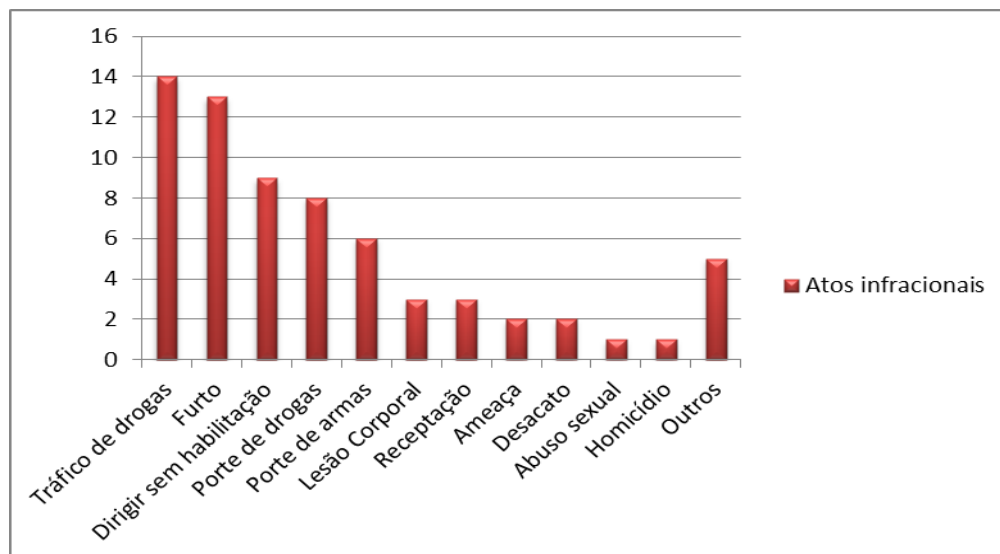
Gráfico 1: Sexo



Fonte: Avaliações Preliminares. Sistematizado pela autora, em janeiro de 2013.

Outro fator importante diz respeito ao ato infracional, podemos verificar que do total de adolescentes do sexo feminino atendidas (três), duas destas haviam cometido ato infracional mais “leve” como ameaça, enquanto apenas uma havia cometido ato infracional considerado grave referente ao tráfico de drogas. Sobre os atos infracionais, destacamos no Gráfico 2 os atos infracionais mais praticados no período analisado.

Gráfico 2: Atos infracionais mais praticados



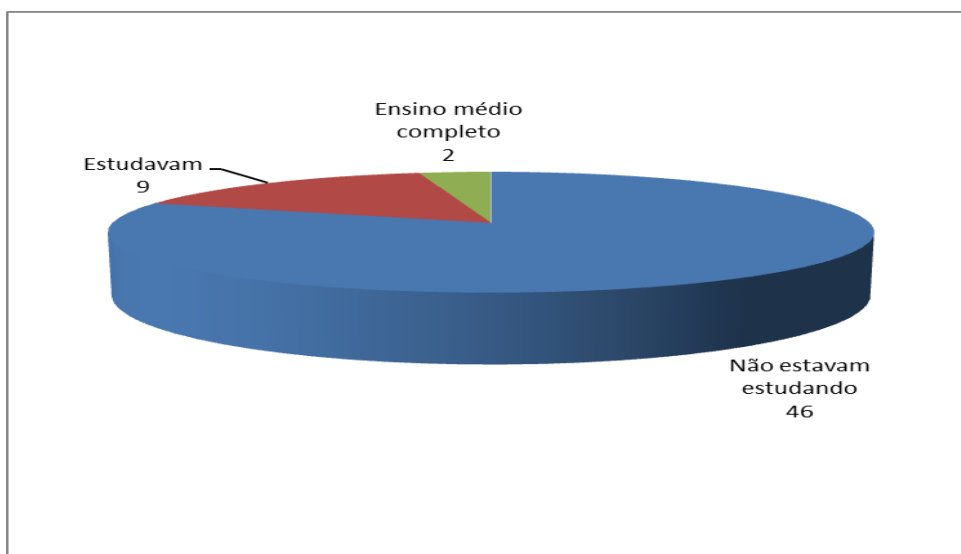
Fonte: Avaliações Preliminares. Sistematizado pela autora, em janeiro de 2013.

Conforme ilustrado no gráfico acima, podemos constatar no período analisado dos 57 (cinquenta e sete) adolescentes atendidos, muitos destes cometeram mais que um ato infracional. Isto é, conforme Gráfico 2 foram cometidos 72 atos infracionais.

Outro aspecto importante a ressaltar é em relação ao ato infracional mais cometido, constatamos que refere-se ao tráfico de drogas, aparecendo em 14 (quatorze) avaliações preliminares, seguido do furto, 13 (treze) avaliações. Aparecem ainda as infrações: dirigir sem habilitação, porte de drogas, porte de armas, lesão corporal, receptação, ameaça, desacato, abuso sexual e homicídio. Podemos verificar também que nas avaliações aparecem também fatos atípicos como discussão, direção perigosa, adulteração de sinal de veículo automotor e tentativa de furto, representada pela denominação “outros”, conforme explicitado no Gráfico 2.

Quanto a escolaridade destes adolescentes, podemos visualizar na ilustração do Gráfico 3 abaixo, que cerca de 46 (quarenta e seis) adolescentes não estão frequentando instituição de ensino.

Gráfico 3: Escolaridade



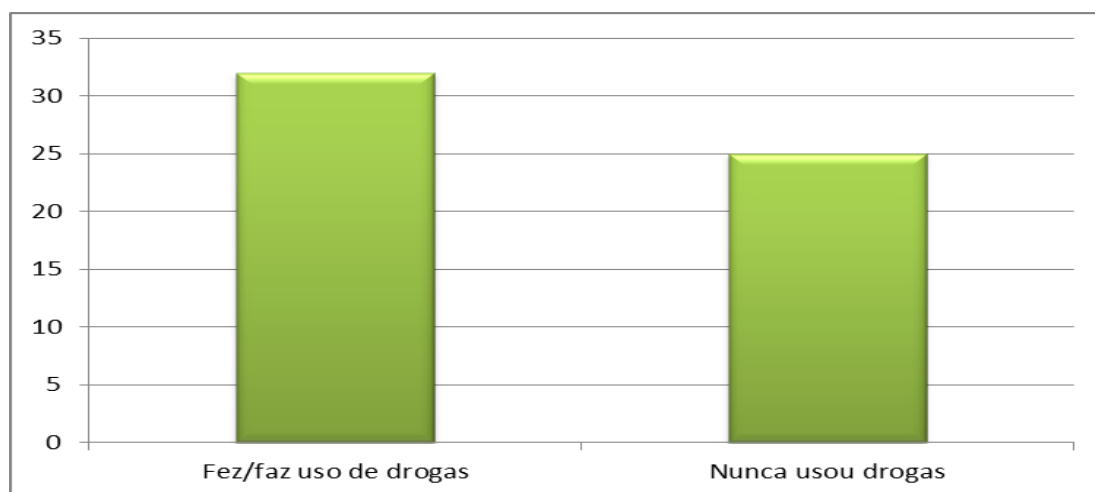
Fonte: Avaliações Preliminares. Sistematizado pela autora, em janeiro de 2013.

Outro dado de extrema importância é em relação ao motivo que fez estes adolescentes abandonarem a escola. Identificamos que quinze adolescentes responderam ser o motivo principal para seu abandono, a dificuldade de conciliar os estudos com o trabalho, aparecerão ainda outros motivos, como a falta de interesse, conflitos na escola, ausência de vaga e envolvimento com as drogas.



Em relação a questão “drogas”, do total de adolescentes atendidos 57 (cinquenta e sete), 32 (trinta e dois) destes alegaram usar ou já ter usado drogas, representando um total de contra 25 (vinte e cinco) que informaram nunca terem usado, representando vinte e cinco adolescentes, conforme ilustração do gráfico abaixo.

Gráfico 4: Drogas

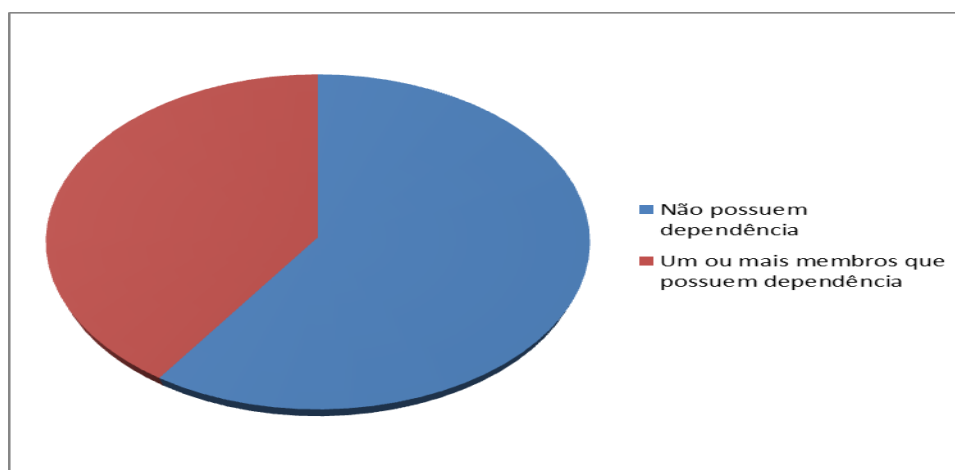


Fonte: Avaliações Preliminares. Sistematizado pela autora, em janeiro de 2013.

Deste total de adolescentes que informaram usar ou já ter usado drogas (trinta e dois), apenas um adolescente informou já ter frequentado algum programa ou instituição para tratamento de drogas.

Em relação à família e a dependência química, observamos na análise das avaliações preliminares os seguintes dados.

Gráfico 5: Família e a dependência química

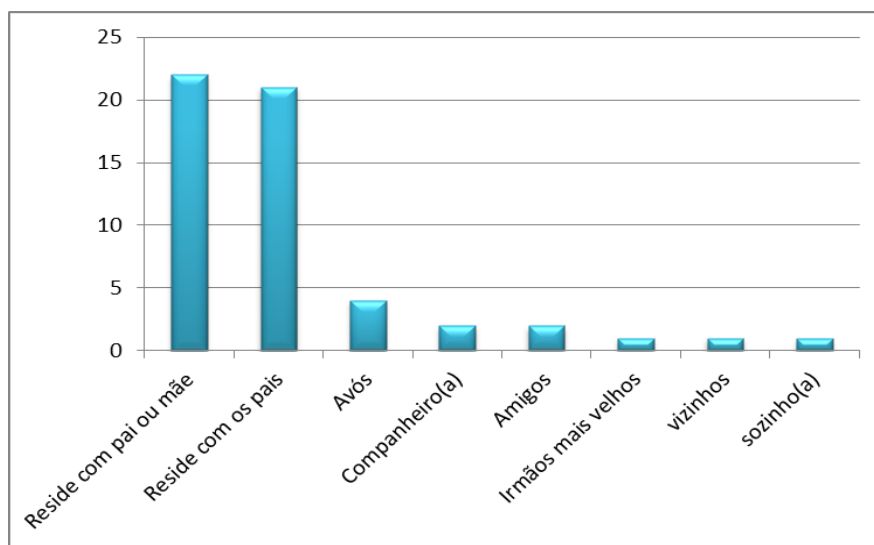


Fonte: Avaliações Preliminares. Sistematizado pela autora, em janeiro de 2013

Verificamos no Gráfico 5 que 34 (trinta e quatro) adolescentes em conflito com a lei, informaram que nenhum membro de sua família possui algum tipo de dependência, no entanto, há que se considerar que 23 (vinte e três) adolescentes, afirmaram possuir em sua família algum membro que apresente alguma dependência.

Ao analisarmos com quem residem estes adolescentes, constatamos através das avaliações preliminares, conforme Gráfico 6 abaixo.

Gráfico 6: Com quem reside

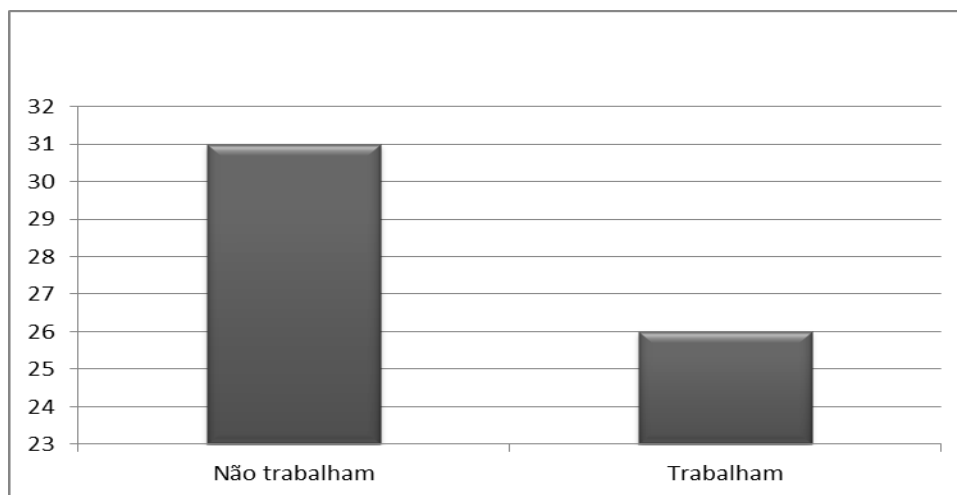


Fonte: Avaliações Preliminares. Sistematizado pela autora, em janeiro de 2013.

Verificamos que a maioria dos adolescentes reside com o pai e a mãe ou com um dos pais, representando um total de 75% dos adolescentes atendidos, enquanto os outros 25% informaram residir com os avós, amigos, irmãos mais velhos, com algum vizinho ou sozinho (a).

Quanto à questão Mercado de Trabalho, apuramos os dados como nos mostra o Gráfico 7.

Gráfico 7: Mercado de Trabalho

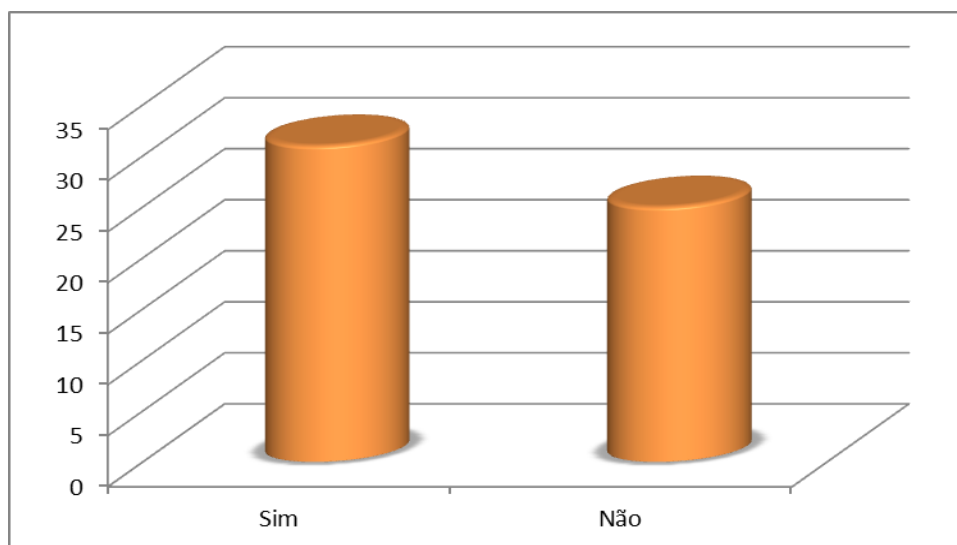


Fonte: Avaliações Preliminares. Sistematizado pela autora, em janeiro de 2013.

Conforme análise do Gráfico 7, verificamos que 31 (trinta e um) adolescentes afirmaram não trabalhar, enquanto que os outros 26 (vinte e seis) adolescentes informaram que trabalhavam, cabe ainda salientar que em muitos casos, analisados através dos questionários, a renda do adolescente, proveniente de seu salário, é peça importante para a economia familiar, já que muitos colaboram no custeio das despesas mensais.

A fim de compreender melhor o contexto social e econômico da família do adolescente atendido, os próximos dois gráficos retratarão como é a relação da família com os Programas Sociais.

Gráfico 8: A Família é ou já foi atendida por algum Programa Social?

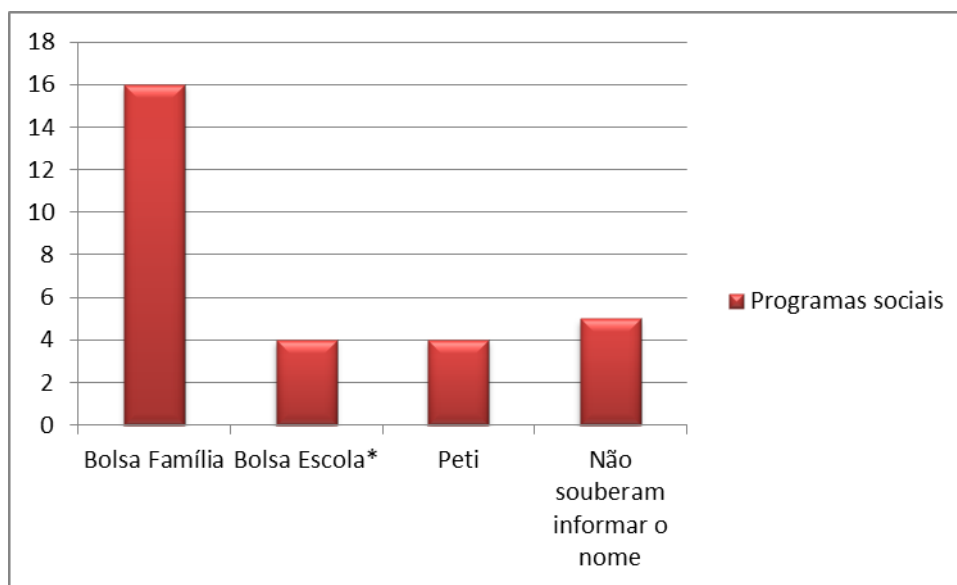


Fonte: Avaliações Preliminares. Sistematizado pela autora, em janeiro de 2013.

Com o Gráfico 8 constatamos ser de grande relevância o número de famílias que estão sendo ou já foram atendidas por algum programa social. De acordo com levantamento feito através das Avaliações Preliminares, verificamos que 31 (trinta e um) adolescentes relataram que suas famílias foram ou ainda são beneficiárias de algum programa social.

Já no Gráfico 9 podemos observar quais programas sociais mais apareceram nos relatos dos adolescentes ao analisar as Avaliações Preliminares.

Gráfico 9: Programas Sociais mais acessados



Fonte: Avaliações Preliminares. Sistematizado pela autora, em janeiro de 2013.

A partir da análise do Gráfico 9, constatamos que o programa social mais acessado foi o Programa Bolsa Família, que apareceu em 16 (dezesesseis) Avaliações Preliminares. O Programa Bolsa Escola também apareceu apesar de ter sido incorporado ao Programa Bolsa Família no ano de 2004, no primeiro mandato do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

A incidência maior para programas de transferência de renda é outro componente que retrata o contexto social e econômico em que vive boa parte dos adolescentes atendidos, tendo em vista os critérios de renda e outros fatores para o acesso ao programa.

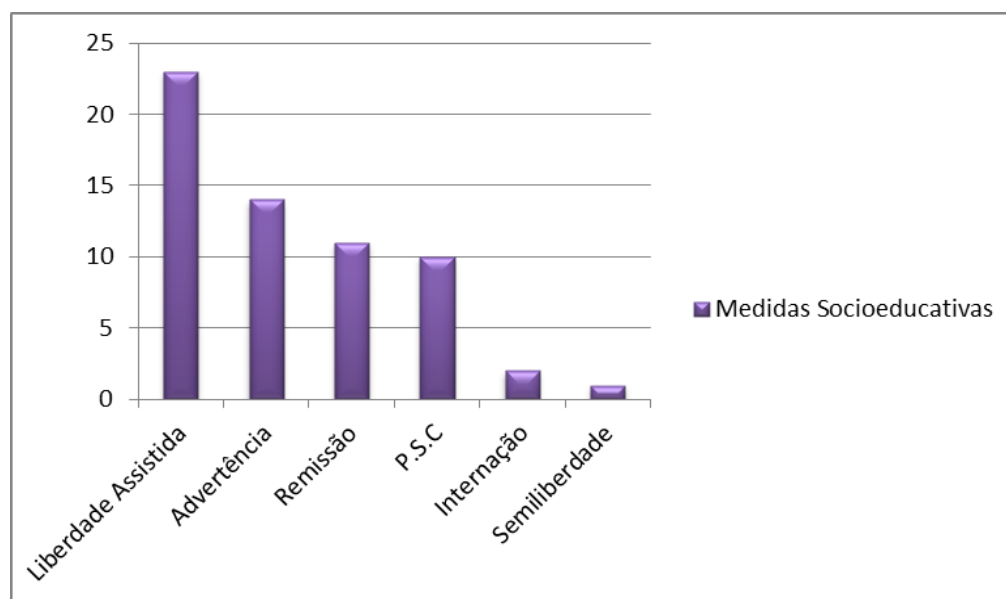
### 3.4.1 Os encaminhamentos do Setor de Serviço Social ao adolescente atendido

Todas as informações referentes ao adolescente bem como a sua família, analisadas anteriormente, fundamentam a ação profissional com vistas a garantir o encaminhamento e/ou

a sugestão de medida socioeducativa/proteção mais adequada ao adolescente em conflito com a lei.

A seguir analisaremos as medidas socioeducativas mais sugeridas no período analisado.

Gráfico 10: Medidas socioeducativas mais sugeridas



Fonte: Avaliações Preliminares. Sistematizado pela autora, em janeiro de 2013.

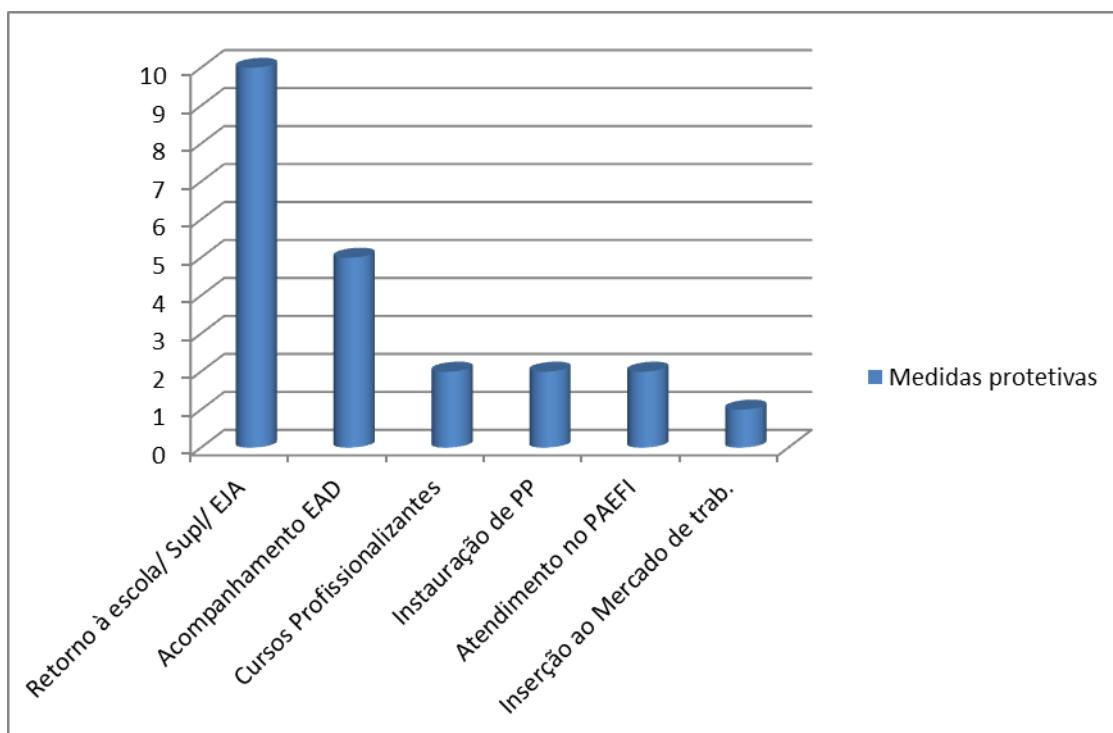
Verificamos conforme ilustrado no Gráfico 10, que a medida socioeducativa mais sugerida foi a Liberdade Assistida, que apareceu em 23 (vinte e três) Avaliações Preliminares, seguida da Advertência com 14 (quatorze), Remissão com 11 (onze), Prestação de Serviços à Comunidade foi sugerida em 10 (dez) avaliações e por fim apareceu a Internação com 2 (duas) sugestões e Semiliberdade com apenas 1 (uma).

A Liberdade Assistida aparece em muitas avaliações quando se verifica ser de grande importância prestar ao adolescente um acompanhamento sistemático, onde se constata a necessidade de aprofundar mais as relações intrafamiliares, bem como de oportunizar a aproximação do adolescente com o mercado de trabalho.

Em muitas situações, motivadas principalmente pelas informações referentes aos dados socioeconômicos, a profissional pode sugerir além da medida socioeducativa, alguma medida protetiva para o adolescente e o Promotor de Justiça da Infância e Juventude se assim entender, acatará a decisão e tomará os procedimentos necessários para que o adolescente tenha a medida assegurada.

Partindo desse pressuposto, verificamos que do total de Avaliações Preliminares analisadas, cerca de 19 (dezenove) delas incluíam no parecer o encaminhamento de alguma medida de proteção ao adolescente em conflito com a lei e/ou sua família, conforme ilustração do Gráfico 11 abaixo.

Gráfico 11: Medidas de proteção mais sugeridas



Fonte: Avaliações Preliminares. Sistematizado pela autora, em janeiro de 2013.

A análise do Gráfico 11 mostra que a medida protetiva mais sugerida foi a de retorno à escola, aparecendo em 10 (dez) Avaliações Preliminares. Salientamos que, a sugestão de boa parte das medidas protetivas ilustradas no gráfico acima, ocorreu concomitantemente com a sugestão de advertência ou até mesmo remissão, situações onde, tendo em vista a natureza do ato ou outros fatores, faz com que o adolescente não necessite ser acompanhado por uma medida socioeducativa. Já nos casos onde o ato infracional é mais grave, ou por determinadas situações a Assistente Social, avalia que o mesmo deve ser acompanhado sistematicamente através de uma medida socioeducativa, a profissional não sugere medidas de proteção, tendo em vista que a equipe que executa tais medidas avaliará as situações constatadas de violação de direitos, assegurando assim, através de políticas públicas e sociais, os direitos dos adolescentes. Exemplo dessa afirmação está no número de sugestões de medida

socioeducativa de Liberdade Assistida, aparecendo como medida mais sugerida, conforme mostra o gráfico 10.

Referente ao gráfico 11 verificamos também a sugestão de encaminhamento do adolescente para o CAPS – Centro de Atenção Psicossocial do município, especificamente para a equipe Álcool e Drogas EAD, a fim de proporcionar ao adolescente acompanhamento e tratamento no que concerne a sua dependência química. Ainda foi possível verificar que foi sugerido o encaminhamento para cursos profissionalizantes através da Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo em vista a demanda trazida pelo adolescente.

Em duas situações analisadas, a Assistente Social sugeriu a instauração de Procedimento Preparatório (PP) pela Promotoria da Infância e Juventude<sup>14</sup>, onde verificou-se a necessidade de prestar acompanhamento jurídico ao caso, tendo em vista se tratar de situações onde muitas vezes não se refere apenas ao adolescente em conflito com a lei, mas ainda outros membros de sua família, a exemplo da falta de acesso a saúde, alimentação, entre outros.

Com duas sugestões de encaminhamentos apareceu o atendimento do adolescente e sua família para o PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, pertencente ao Serviço de Proteção Socioassistencial de Média Complexidade conforme melhor explícito no item 1.7. A sugestão apareceu em dois pareceres da assistente social a fim de proporcionar a família atendimento psicológico, assistencial e pedagógico, tendo em vista a demanda apresentada o qual refere-se principalmente a conflitos intrafamiliares. Assim como nas demais medidas protetivas elencadas no gráfico 11, a sugestão para o encaminhamento ao PAEFI do adolescente e sua família se reflete em casos onde o adolescente não necessitará ser acompanhado por nenhuma medida socioeducativa, onde esses conflitos seriam trabalhados e intermediados ou poderiam também ser encaminhados pela própria equipe para acompanhamento ao referido Programa de Proteção Socioassistencial.

Por fim, verificamos em uma Avaliação Preliminar a sugestão de encaminhamento de um adolescente para o mercado de trabalho através do Programa Jovem Aprendiz, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social.

---

<sup>14</sup> Procedimento Preparatório (PP) - é uma investigação preliminar, para apurar indícios de irregularidades (violação de direitos coletivos e do patrimônio público), por meio de busca de informações, coleta de dados, requisição de documentos, perícias e depoimentos. Fonte: Portal MPSC. Atuação das Promotorias de Justiça. Disponível em: [http://portal.mp.sc.gov.br/portal/webforms/interna.aspx?secao\\_id=94](http://portal.mp.sc.gov.br/portal/webforms/interna.aspx?secao_id=94). Acesso em dez de 2012.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática que envolve o adolescente em conflito com a lei sempre vem acompanhada por contradições e conflitos e um trabalho que se propõe a discutir esse tema certamente não terá esgotado todas as respostas para esses dilemas.

No entanto, há que se considerar e valorizar as iniciativas que vem sendo construídas com propósito de proporcionar ao adolescente em conflito com a lei atendimento digno, assegurando seus direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Percebemos assim que o trabalho com as Avaliações Preliminares torna-se exemplo disso.

As Avaliações Preliminares permitem trazer a tona elementos acerca do contexto familiar, social e econômico do adolescente e sua família, sendo estes fatores fundamentais para o parecer da profissional.

Neste sentido, percebemos através da análise dos dados, que muitos adolescentes possuíam histórico de violação de direitos, atrelados principalmente a situação econômica e social em que vivem, exemplo disso é o expressivo dado referente ao abandono escolar, onde muitos informaram ter sido em decorrência do trabalho, outros fatores como a forte ligação com as drogas também corroboraram para essa realidade.

Ainda com relação a análise dos dados extraídos das avaliações, se faz necessário mencionar a importância de levantar aspectos sociais, econômicos e familiares a fim de identificar se há, ao longo da trajetória de vida do adolescente, alguma violação de direito social. Foram com base nessas informações que a profissional pôde levar ao conhecimento do Promotor de Justiça as principais demandas trazidas por estes e pôde sugerir através de medidas socioeducativas e/ou de proteção o encaminhamento que analisou mais adequado ao adolescente no momento.

Entendemos também que essa atuação proporciona de maneira célere o comprometimento em garantir ao adolescente a efetivação de algum direito violado, visto que nos casos, onde é sugerido apenas medida de proteção, ou seja, em casos onde o adolescente não será acompanhado por uma medida socioeducativa o Promotor, após a audiência já solicita, através de ofícios para programas da rede, o asseguramento da medida protetiva sugerida pela assistente social.

Neste sentido constatamos que boa parte dos encaminhamentos feitos pela Assistente Social na Comarca de Palhoça tiveram como intuito assegurar ao adolescente esses direitos



que foram violados ao longo de sua vida, seja por meio de programas, políticas sociais, através do próprio Ministério Público e também por intermédio de medidas socioeducativas.

Referente à sugestão de aplicação de medidas socioeducativas, salientamos que há por parte do Promotor de Justiça da área da Infância e Juventude o entendimento de que o assistente social pode atuar na sugestão de tais medidas, por compreender, no meu ponto de vista, a sua formação crítica e seu entendimento quanto ao contexto de vida do adolescente. Neste sentido, é fundamental registrar que a grande maioria das sugestões tanto de medidas socioeducativas quanto protetivas vem sendo aceitas pelo Promotor. Mas há situações onde o Promotor acaba tendo outro entendimento e não segue as sugestões feitas pela profissional. Sendo assim, a título de contribuição, se mostra cada vez mais necessário ter por parte da profissional o conhecimento das decisões tomadas pelo Promotor de Justiça a fim de saber acerca da aceitação ou não de seus encaminhamentos.

Verificamos ao longo da pesquisa que o atendimento diferenciado que a profissional proporciona ao adolescente também é uma forma de garantir ao mesmo seus direitos, e nesse caso o direito a informação, seja referente aos trâmites processuais, seja esclarecendo-o(a) sobre suas principais dúvidas. A experiência do trabalho na comarca de Palhoça permitiu-nos verificar que a assistente social busca atendê-los de forma não punitiva e culpabilizante, mas sim entendendo-os enquanto sujeitos de direitos. O atendimento diferenciado corrobora para a análise do quão é importante proporcionar ao adolescente espaços onde o mesmo possa ser ouvido sem que haja julgamentos e rotulações, já que quanto mais a sociedade os julga e rotula em detrimento do ato infracional cometido, maior será a própria aceitação do adolescente de que sua identidade estará eternamente condicionada ao ato infracional cometido.

O trabalho com as Avaliações Preliminares contribui para análise de que o ato infracional não pode ser entendido apenas como resultado de uma ação individual e permite ainda apresentar ao Promotor de Justiça dados e informações do adolescente que certamente não seriam aprofundados caso não houvesse as avaliações.

Nas situações de cumprimento de medidas socioeducativas, registra-se que o presente trabalho agrega importantes contribuições tendo em vista que otimiza os tramites processuais, principalmente no que se refere ao tempo da apuração do ato ao cumprimento da medida.

Percebemos, por meio de contato, com uma das assistente sociais que há mais tempo executa esse trabalho, Dulcéia Turnes, que nas comarcas onde ainda se realiza o trabalho em conjunto com equipe do Serviço de Execução de Medidas Socioeducativas, os resultados

aprecem na melhor comunicação entre os profissionais, além de haver uma maior aproximação entre as esferas de atendimento.

Contudo percebemos que a efetivação desse trabalho interdisciplinar encontra algumas resistências, tendo em vista muitas vezes a sobrecarga de trabalho dos técnicos que atuam com as medidas socioeducativas, bem como pela interferência que tal ação pode gerar no que diz respeito ao vínculo com o adolescente que cumprirá a medida socioeducativa, à exemplo do que ocorreu na comarca de Palhoça.

Durante a pesquisa percebemos que a profissional de Serviço Social também encontra algumas dificuldades para a realização plena de seu trabalho, entre estas está o grande número de audiências agendadas, às vezes com média de cinco a seis adolescentes por dia de atendimento, este fator acaba precarizando a ação profissional tendo em vista a grande responsabilidade que carrega sobre sua ação.

Torna-se assim evidente a necessidade de proporcionar ao assistente social, bem como aos demais profissionais que aplicam as avaliações em outras comarcas, condições de trabalho favoráveis ao pleno exercício de suas funções, a fim de possibilitar a oportunidade de refletir suas ações, buscando o encaixe entre o aporte teórico e a realidade, para que as demandas institucionais não suprimam sua capacidade enquanto profissional crítico, de emitir um parecer visando o melhor encaminhamento para o adolescente.

Por fim, salientamos que a adesão de outras comarcas a este trabalho vem sendo discutida, o que entendemos ser de grande relevância não só para garantir que o melhor atendimento ao adolescente, mas também para a construção e fortalecimento do Ministério Público enquanto órgão defensor dos interesses do conjunto da sociedade brasileira.

Faz-se necessário pontuar outras questões para reflexão, entre estas está a dificuldade de se avaliar com os profissionais que executam as medidas socioeducativas, como estes analisam a aplicação das Avaliações Preliminares, tendo em vista a grande rotatividade de profissionais nas equipes. Salientamos neste sentido que a presente pesquisa acadêmica teve em uma de suas propostas iniciais avaliar como as equipes do serviço de execução de medidas socioeducativas compreendem esse trabalho, no entanto, o desconhecimento por parte das equipes, motivados pela intensa rotatividade, impossibilitou essa proposta.

Ao término da pesquisa, entendemos ser de extrema relevância pontuar como os adolescentes avaliam esse trabalho? Do seu ponto de vista, como essa atuação profissional pode auxiliá-lo no tocante a garantia de seus direitos? E no que se refere ao ato infracional, como esse trabalho pode ter ou não influência sobre o ato infracional cometido?

Enfim, todas essas pontuações e questionamentos corroboram para a compreensão de que a temática envolvendo o adolescente em conflito com a lei não é algo simples ou exato, no entanto, faz-se necessário aprofundar e divulgar iniciativas que promovam a compreensão do que envolve tais adolescentes e principalmente do que essas ações podem acarretar no que diz respeito a efetivação de seus direitos.

## REFERÊNCIAS

ALAPANIAN, Silvia. **Serviço Social e Poder Judiciário: reflexões sobre Serviço Social no Poder Judiciário**: volume 2. São Paulo: Veras Editora, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social; Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)**. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social; Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB/RH/SUAS)**. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**: texto da resolução nº109, de 11 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social; Secretaria Nacional de Assistência Social. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) – Guia de Orientação nº 1** (1ª versão). Brasília.

CRUS, José. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – documento didático de capacitação**. Departamento de Gestão do SUAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2010.

BRASIL. Constituição ( 1988 ). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em: out de 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei nº. 8742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe a organização da assistência social e dá outras. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm). Acesso em: nov de 2012.

\_\_\_\_\_. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)**. Lei Nº 12.594. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12594.htm). Acesso em: dez de nov de 2012.

Código de Menores de 1927. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em out de 2012.

Código de Menores de 1979. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: out de 2012.

CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Crianças esquecidas: o trabalho infantil doméstico no Brasil**. Curitiba: Multipédia, 2009.

DESLANDES, Suely Ferreira; Minayo, Maria Cecília de Souza; Neto, Otavio Cruz. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FARIAS, V. F. de. **Palhoça: Natureza, História e Cultura**. Editora Doutor. Palhoça, 2004

FÁVERO, Eunice Teresinha. **O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária**. In: O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos. Cortez Editora/CFESS (org.), São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_, Eunice Teresinha. **Serviço Social, práticas judiciárias, poder: implantação e implementação do serviço social no juizado da infância e juventude de São Paulo**. 2 ed. São Paulo: Veras Editora, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GUIA DO MPSC. **Um Manual para a Imprensa e Sociedade**. Disponível em: [http://portal.mp.sc.gov.br/portal/conteudo/guia\\_web.pdf](http://portal.mp.sc.gov.br/portal/conteudo/guia_web.pdf). Acesso em: dez de 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas\\_pdf/total\\_populacao\\_santa\\_catarina.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_santa_catarina.pdf). Acesso em dez de 2012.

Lei Complementar Nº 197/13/07/2000. Institui a Lei Orgânica do Ministério Público.

LOUREIRO, Micheli Perazzo. **Conflitos entre pais separados : uma análise da intervenção profissional no espaço Sócio-Jurídico**. Florianópolis, SC, 2011. 109 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Serviço Social.

MANFRINI, Daniele Beatriz. **A intervenção profissional do serviço social no Ministério Público de Santa Catarina e as questões de gênero**. Florianópolis, 2007. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-graduação em Serviço Social.

\_\_\_\_\_, Daniele Beatriz; RODRIGUES, Gizelly; PORT, Grasiela Semann. **O Serviço Social no Ministério Público de Santa Catarina: aspectos históricos, normativos e técnicos-operativos.** In: Atuação: Revista Jurídica do Ministério Público. Florianópolis: PGJ, 2006. P. 213-225.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde.** 2. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. Histórico do Ministério Público no Brasil. Disponível em: <http://www.mpu.gov.br/navegacao/institucional/historico>. Acesso em dez de 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA. As origens do Ministério Público. Disponível em: <http://www.mp.rr.gov.br/conteudos/view/53>. Acesso em dez de 2012. Acesso em dez de 2012.

MIOTO, Regina Célia; SOUZA, Marli Palma; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Infância e Adolescência, o conflito com a lei: Algumas discussões.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001. 152 p.

PASSETTI, Edson. **Menores: os prisioneiros do humanismo.** In: Lua Nova: revista de cultura e política. Lua Nova vol.3 no.2. São Paulo dez. 1986. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci\\_arttext&pid=S010264451986000300006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S010264451986000300006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt).

\_\_\_\_\_, Edson. **Crianças carentes e políticas públicas.** In: PRIORE, Mary del (org). História das crianças no Brasil. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

PEREIRA, E. D. - **Adolescência: um jeito de fazer** - *Revista da UFG, Vol. 6, No. 1, jun 2004*

PINTO, Bruna Aparecida Cavagliero; YAMAMOTO, Maria Inês. Teixeira. **Desenvolvimento Histórico do Serviço Social.** Disponível em: [http://fgh.escoladenegocios.info/revistaalumni/artigos/artigo\\_10.pdf](http://fgh.escoladenegocios.info/revistaalumni/artigos/artigo_10.pdf).

PLANO GERAL DE ATUAÇÃO. Florianópolis: Procuradoria Geral de Justiça, 2012, 92 p. Disponível em: [http://portal.mp.sc.gov.br/portal/conteudo/pga\\_2012\\_web.pdf](http://portal.mp.sc.gov.br/portal/conteudo/pga_2012_web.pdf). Acesso em dez de 2012.

Prefeitura Municipal de Palhoça. **História do Município.** Disponível em <http://www.palhoca.sc.gov.br/acidade.php?id=1>. Acesso em jan de 2013.

Portal MPSC. **Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude.** Disponível em: [http://portal.mp.sc.gov.br/portal/webforms/interna\\_dir.aspx?secao\\_id=88](http://portal.mp.sc.gov.br/portal/webforms/interna_dir.aspx?secao_id=88). Acesso em jan de 2013.

\_\_\_\_\_, **Atuação das Promotorias de Justiça**. Disponível em: [http://portal.mp.sc.gov.br/portal/webforms/interna.aspx?secao\\_id=94](http://portal.mp.sc.gov.br/portal/webforms/interna.aspx?secao_id=94). Acesso em dez de 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Charlene Souza da. **A trajetória do Serviço Social no Ministério Público de Sergipe**. In: Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira. Ano V, Nº 7, setembro. 2012.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira e. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores: descontinuidades e continuidades**. In: Serviço Social & Sociedade – Criança e Adolescente, Nº 83, São Paulo. Cortez, setembro. 2005, p. 30 – 48.

SEBRAE. Notícias Para Mpe's. Disponível em: <http://www.sebraes.com.br/noticias/default.asp?matéria=17453>. Acesso em: jan de 2013.

SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SINASE. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acesso em: Nov de 2012.

VOLPI, Mário (ORG). **O adolescente e o ato infracional**. 7. Ed. São Paulo: Cortez. 2008.

ZANCHIN, Claudia Roberta. **Os Diversos olhares na construção das medidas socioeducativas no município de São Carlos/SP**. 2010. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

## ANEXOS

### ANEXO I

#### **ATO N° 107/MP/2006**

*Disciplina a forma de realização dos atos a serem executados pelos Assistentes Sociais no âmbito do Ministério Público de Santa Catarina.*

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inciso X, da Lei Complementar Estadual n° 197, de 13 de julho de 2000, e

**CONSIDERANDO** que, segundo dispõe o Anexo I do Ato n° 115/MP/2004, são atribuições dos Assistentes Sociais, dentre outras, o planejamento, a coordenação, a orientação e a supervisão de trabalhos relacionados com o diagnóstico, o desenvolvimento e o tratamento de aspectos sociais, nos procedimentos administrativos de atribuição do Ministério Público;

**CONSIDERANDO** que, além dessas atividades, os Assistentes Sociais poderão fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, em audiências extrajudiciais, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros; e

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentação dessas atividades, sobretudo porque, via de regra, são praticadas isoladamente pelos referidos agentes públicos, com repercussões no âmbito interno e externo do Ministério Público,

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Disciplinar a forma de realização dos atos a serem executados pelos Assistentes Sociais no âmbito do Ministério Público de Santa Catarina.

#### **CAPÍTULO I DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO**

**Art. 2º** O atendimento e a orientação ao público em geral serão prestados no horário de expediente das Promotorias de Justiça, ressalvados os períodos de afastamento para realização de visitas domiciliares ou atividades de assessoria determinadas pelos órgãos de execução.

**Art. 3º** Cada atendimento será registrado em formulário específico, no qual será consignada a identificação e qualificação dos atendidos, o histórico da situação relatada e as providências adotadas pela Assistente Social, conforme modelo constante no Anexo I do presente Ato.

**Parágrafo único.** Os formulários de atendimento deverão ser arquivados, em pasta específica, no Setor de Serviço Social, por ordem numérica.

**Art. 4º** Havendo necessidade de adoção de providências administrativas e/ou judiciais pelo Ministério Público, o Assistente Social deverá remeter o formulário de atendimento ao Promotor de Justiça respectivo, juntamente com o parecer social e outros estudos cabíveis,



com a indicação das medidas que entender pertinentes à garantia dos direitos dos envolvidos, arquivando-se a respectiva cópia.

**Parágrafo único.** Ao formulário de atendimento deverão ser anexadas cópias dos documentos de identificação dos envolvidos e todos os demais necessários à instrução das medidas a serem adotadas.

## **CAPÍTULO II**

### **DA EXPEDIÇÃO DA ORDEM DE TRABALHO**

**Art. 5º** Sempre que o órgão de execução do Ministério Público necessitar que seja realizado determinado trabalho relacionado com o diagnóstico, desenvolvimento, aconselhamento, a orientação, o encaminhamento, a prevenção e o tratamento de aspectos sociais em procedimento afeto à área de sua atribuição, deverá fazê-lo mediante a expedição da competente "ORDEM DE TRABALHO", conforme modelo constante no Anexo II deste Ato, a ser cumprida pelo Assistente Social.

§1º A ordem de trabalho a que se refere o *caput* desse artigo deverá ser expedida em, no mínimo, 2 (duas) vias, devendo uma permanecer na Promotoria de Justiça e a outra ficar sob a responsabilidade do Assistente Social.

§2º Nenhuma diligência será realizada pelo Assistente Social sem a prévia expedição da ordem de trabalho referida no *caput* deste artigo.

**Art. 6º** A ordem de trabalho conterá, no mínimo, os seguintes requisitos:

**I** – a comarca de origem;

**II** - o órgão de execução que a expediu e o número do respectivo procedimento;

**III** - o nome do membro do Ministério Público que a subscreveu;

**IV** - o nome do Assistente Social que deverá executar o ato;

**V** - o conteúdo do ato a ser executado;

**VI** - o caráter sigiloso ou não do ato;

**VII** - o seu prazo de cumprimento;

**VIII** - a informação sobre a necessidade ou não de requisição de força policial para o seu cumprimento;

**IX** - orientações e/ou recomendações específicas para o seu cumprimento; e

**X** - local, data e assinatura do membro do Ministério Público responsável.

§1º O conteúdo do ato compreende o seu objeto, com as especificações necessárias.

§2º O prazo a ser fixado, sempre que possível, em comum acordo com o Assistente Social, deverá ser aquele suficiente para o fiel cumprimento da ordem.

§3º Sempre que houver risco pessoal, incomum e previsível para o Assistente Social, deverá constar, a teor do inciso VIII do *caput* deste artigo, a necessidade do ato ser acompanhado de força policial, devendo o membro do Ministério Público responsável providenciar a sua requisição.

§4º O membro do Ministério Público que expedir a ordem, quando necessário, fará constar dessa as orientações e recomendações destinadas a assegurar o ato determinado e a preservar as garantias fundamentais das pessoas nela envolvidas.

**Art. 7º** Cada ordem de trabalho será identificada por um número sequencial, estabelecido anualmente pelo órgão de execução responsável.

**Art. 8º** Havendo mais de um Assistente Social atuando na mesma Comarca, deverão as respectivas ordens ser distribuídas entre eles, com registro em livro próprio.

## **CAPÍTULO III**

### **DO PLANEJAMENTO E DA EXECUÇÃO DA ORDEM**

**Art. 9º** Sempre que receber uma ordem de trabalho, o Assistente Social designado para executá-la deverá inteirar-se de todas as circunstâncias que envolvam a diligência e, em caso de dúvida, buscar os esclarecimentos necessários perante o membro do Ministério Público responsável.

**§1º** Como medida preparatória para a execução da ordem, deverá o Assistente Social designado planejar a estratégia de execução, observando, prioritariamente, o prazo estabelecido e a forma de cumprimento, providenciando, se for o caso, que isso seja efetuado em conjunto com a força policial.

**§2º** No planejamento referido no parágrafo anterior, o Assistente Social deverá observar as ordens de prioridades, os seus prazos e as localizações geográficas nas quais serão executados os atos, de modo a atender, de forma mais adequada possível, aos órgãos requisitantes.

**Art. 10.** A execução da ordem de trabalho deverá ocorrer com estrita observância do que dispõe a legislação em vigor e o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (Resolução CFESS nº 273/93, de 13/3/93), devendo o Assistente Social, além de estar munido da respectiva ordem, identificar previamente quando do seu cumprimento, mencionando o seu nome, o cargo que exerce e a procedência da ordem.

**§1º** A identificação do Assistente Social não exclui a necessidade de, no momento da execução, estar ele munido do respectivo crachá de identificação, devidamente exposto, a ser fornecido pela Administração.

**§2º** É proibida a divulgação, pelo Assistente Social, de qualquer planejamento ou da execução da ordem de trabalho, devendo, se for o caso, os interessados no assunto ser encaminhados ao membro do Ministério Público responsável.

**§3º** Quando a diligência tiver o caráter sigiloso, o Assistente Social e, se for o caso, a força policial que o acompanhar, deverão evitar que pessoas estranhas tomem conhecimento do ato, salvo as necessárias para a sua efetivação.

**Art. 11.** Cumprida a ordem de trabalho, deverá o Assistente Social responsável providenciar a sua devolução ao Promotor de Justiça requisitante no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Art. 12.** Em caso de impossibilidade de cumprimento da ordem de trabalho, o Assistente Social providenciará a devolução da ordem no mesmo prazo estabelecido no artigo anterior, certificando as razões do seu não-cumprimento.

**Parágrafo único.** Se o não-cumprimento da ordem ocorrer pelo decurso do prazo estabelecido, o Assistente Social deverá verificar, com o membro do Ministério Público responsável, a possibilidade de renovação do prazo.

**Art. 13.** Em quaisquer das situações previstas nos arts. 6º, 7º e 8º do presente Ato, o Assistente Social deverá manter, em pasta própria, uma via da ordem, em sequência cronológica de cumprimento.

## **CAPÍTULO IV**

### **DOS ASPECTOS ADMINISTRATIVOS**

**Art. 14.** Todas as demais atividades de apoio e treinamentos a órgãos e entidades que atuem na defesa dos interesses afetos ao Ministério Público e que sejam inerentes às funções do Assistente Social deverão ser autorizadas pelo órgão de execução com atribuições na matéria.

**Art. 15.** Excetuado o cumprimento da ordem de trabalho, os afastamentos do Assistente Social durante o horário de expediente deverão ser previamente autorizados pelo Coordenador Administrativo, sem prejuízo do atendimento ao público e das demais atividades funcionais.

**Art. 16.** O Assistente Social, necessitando a presença das partes envolvidas, deverá solicitar ao órgão de execução com atribuições na área, para, entendendo cabível, expedir o respectivo ato.

**Art. 17.** Havendo mais de um órgão de execução, as atividades dos Assistentes Sociais na Comarca serão supervisionadas pelo Coordenador Administrativo, sem prejuízo da fiscalização do seu cumprimento pelo órgão expedidor.

**Art. 18.** Havendo estagiários do Curso de Serviço Social na Comarca, nos termos do Ato nº 021/2003/PGJ, caberá ao Assistente Social a supervisão, o treinamento e a avaliação respectiva, o que deverá ser previamente comunicado à instituição de ensino.

**Art. 19.** No exercício de suas atribuições, o Assistente Social deverá observar o sigilo profissional, bem como os direitos e deveres previstos na Lei nº 8.662, de 7/6/1993, e no Código de Ética Profissional (Resolução CFESS nº 273/93, com as alterações posteriores).

**Art. 20.** Caberá ao órgão de execução ou, se for o caso, ao Coordenador Administrativo, a verificação das pastas e dos formulários de atendimento e ordens de trabalhos cumpridas, a fim de manter a regularidade do serviço.

**Art. 21.** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 23 de junho de 2006.

**PEDRO SÉRGIO STEIL**

Procurador-Geral de Justiça

## ANEXO II

### SERVIÇO SOCIAL - COMARCA DE PALHOÇA AVALIAÇÃO PRELIMINAR – ATO INFRACIONAL

#### **1- Identificação do Adolescente:**

Nome:

Filiação:

Naturalidade:

Data de Nascimento:

Estado Civil:

Endereço Residencial:

Ponto de Referência:

Telefones de Contato:

Documentos Pessoais:

RG:

CPF:

Carteira de Trabalho:

#### **2- Dados Sócio-Econômicos:**

Com quem mora?

Como é o relacionamento familiar?

Profissão e renda dos familiares?

Na família há alguma pessoa em regime de reclusão ou egresso do sistema penitenciário:

Não ( ) Sim ( ) Quem:

Tem contato com você:

Na família há alguma pessoa que apresente dependência química:

Não ( ) Sim ( ) Quem:

A família já foi ou é atendida por algum Programa Social: Sim já foi ( )

Sim está sendo: ( )

Qual(is):

Nunca foi ( )

### **3. Dados Escolares:**

Estuda: Sim ( ) Não ( )

Onde/Série e Turno:

Analfabeto: Sim ( ) Não ( )

Como é/era a relação com a escola? (abandono/reprovação/relacionamento)

Última escola onde estudou:

Até que série:                      Ano que abandonou:

Por que abandonou:

Frequentava a escola quando praticou o ato infracional: Sim ( ) Não ( )

Pretende retornar: Sim ( ) Não ( )

### **4- Situação Profissional:**

Trabalha: Não ( ) Sim ( ) Onde:

Horário: Tempo de trabalho:

Telefone:

Já trabalhou: Não ( ) Sim ( ) Onde:

Por quanto tempo:

Função que exerceu:

### **5- Situação de Saúde:**

Tem algum problema de saúde?

Toma algum medicamento: Sim ( ) Não ( ) Qual:

Usa drogas: Sim ( ) Não ( ) Qual:

Já usou: Sim ( ) Não ( ) Qual:

Usa cigarros: Sim ( ) Não ( ) Já usou: Sim ( ) Não ( )

Já frequentou programa de tratamento para dependentes químicos: Sim ( ) Não ( )

Onde:

### **6- Relação com a rua:**

Já viveu algum período fora de casa: Sim ( ) Não ( ) Quanto tempo:

Onde: Com quem:

Já foi atendido pelo CT: Sim ( ) Não ( )

Porque:

### **7- Infrações:**

Ato infracional:

Data do cometimento do ato infracional:

Que motivo o levou a praticar o ato infracional:

Estava sob o efeito de drogas quando cometeu o ato infracional: Sim ( ) Não ( )  
Qual:

Já praticou outros atos infracionais: Sim ( ) Não ( ) Qual (is):

Já foi apreendido outras vezes: Sim ( ) Não ( ) Quantas vezes:

Já cumpriu outra medida socioeducativa: Sim ( ) Não ( ) Qual:

Quanto Tempo:

Se você pudesse voltar o tempo cometeria o mesmo ato: Sim ( ) Não ( )

**8- Parecer/Sugestão de encaminhamentos:**

Palhoça,